

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE
FALÊNCIAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E CONFLITOS RELACIONADOS À
ARBITRAGEM DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP**

**PROCESSO AUTOS Nº 0037014-87.2015.8.26.0100
INCIDENTE – RELATÓRIOS MENSAIS
RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO “GRUPO LUPATECH”
RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS**

ALTA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.282.418/0001-46, com sede na Rua Vergueiro, 1.353/ 1421 – Torre Sul - Conjuntos 909-910 – CEP 04101.000 – São Paulo - SP, Administradora Judicial nomeada nos autos da **recuperação judicial de LUPATECH S/A e Outras¹ (“Grupo Lupatech”)** vem, em cumprimento ao art. 22, II, alínea “c”, da Lei nº 11.101/05, respeitosamente, requerer a juntada do **Relatório Mensal de Atividades**, cujo conteúdo abrange as atividades de março (28/03) a abril de 2017 (27/04), bem como os números contábeis revisados até o fechamento de fevereiro de 2017, disponibilizados para esta Administração Judicial.

¹ Recuperandas – Devedoras: Lupatech S/A; Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.; Mipel Indústria e Comércio de Válvulas Ltda.; Amper Amazonas Perfurações Ltda.; Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda.; Lochness Participações S/A; Matep S/A Máquinas e Equipamentos; Prest Perfurações Ltda.; Lupatech Perfuração e Completação Ltda.; Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A e Lupatech Finance Limited.



Adicionalmente, informa que a gestão das Recuperandas teve acesso prévio aos dados nele contidos.

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo, 28 de abril de 2017.

ALTA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.

AFONSO RODEGUER NETO

OAB/SP nº 60.583

ELIZA FAZAN

CRC 1SP194878/O-4



**Relatório Mensal de Atividades das Recuperandas – de
março a abril de 2017 - com números contábeis revisados e
reportados até 28/02/2017**

Sumário

1. Considerações iniciais.....	5
2. Síntese das principais ocorrências na relação da companhia com o mercado e seus acionistas – 28/03/2017 a 27/04/2017	7
3. Estrutura de governança corporativa.....	12
4. Evolução do quadro de pessoal	15
5. Atividades de fiscalização	21
5.1 Visitas às unidades	21
5.2 Conferência de documentos	32
5.2.1 Rescisões	32
5.2.2 Remuneração dos administradores e consultores	32
5.3 Reunião com a gestão	34
6. Situação das escritas contábil e fiscal e obrigações acessórias	34
7. Dados contábeis-financeiros	34
7.1 Balanço patrimonial.....	41
7.1.1 Segregação dos ativos e passivos em recuperandas e não recuperandas.....	57
7.2 Demonstração do resultado do exercício.....	61
7.2.1 Segregação entre recuperandas e não recuperandas.....	65
7.3 Fluxo de caixa: demonstração contábil e instrumento de controle.....	67
7.4 Demonstração do valor adicionado.....	73
7.5 Perspectivas de resultados futuros	75
8. Plano de recuperação judicial	77
9. Conclusões e considerações finais.....	77
9.1 Conclusões	77
9.2 Considerações finais.....	81

1. Considerações iniciais

Este Relatório Mensal de Atividades (RMA) abarca dados contábeis finalizados até 28/02/2017. Em relação às informações qualitativas e demais informações acerca das atividades do Grupo, o presente RMA abrange o período de 28/03/2017 a 27/04/2017 (o último RMA abarcou dados até 27/03/2017).

No atual período de reporte, três eventos se destacaram. O primeiro diz respeito à alteração na composição da diretoria estatutária, conforme Fato Relevante arquivado em 27/04/2017. O segundo diz respeito ao arquivamento das demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2016. O terceiro refere-se às fiscalizações *in loco* efetuadas nas unidades da Lupatech situadas nos estados da Bahia e Sergipe. Neste preâmbulo, tecemos lacônicos comentários, todavia, nas respectivas seções as explanações acerca dos três eventos ganham em extensão.

Em 27/04/2017, o Grupo arquivou Fato Relevante para informar o mercado acerca da troca da diretoria estatutária. Especificamente, as saídas dos Srs. Ricardo Doebeli, Diretor Presidente e de Relações com Investidores (efeito a partir de 05/05/2017), e Edson Antonio Foltran, Diretor sem designação específica (efeito a partir de 28/04/2017), e entradas dos Srs. Rafael Gorenstein (diretor-presidente) e Paulo Prado Silva (diretor sem designação específica).

Em 28/03/2017, o Grupo arquivou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2016. Nos últimos dois RMAs elaborados por esta Administração Judicial, reportamos, por meio de índices de liquidez e endividamento, alguns dados contábeis referentes a dezembro de 2016, janeiro e fevereiro de 2017. Não obstante, diligentemente alertamos os usuários destes RMAs que os mencionados dados ainda estavam sob revisão da firma de auditoria independente (KPMG) quanto ao fechamento de 31/12/2016.

Ao final dos trabalhos da firma de auditoria independente, alguns saldos das demonstrações contábeis de dezembro de 2016 foram alterados e, por conseguinte, repercutiram nos saldos das demonstrações contábeis de janeiro e fevereiro de 2017. Destarte, na seção 7 reapresentaremos os índices de dezembro de 2016, janeiro e fevereiro de 2017.

Quanto aos números contábeis constantes das demonstrações arquivadas, o ativo total terminou com saldo de R\$ 642,290 milhões (R\$ 814,031 milhões, em 2015). Os passivos circulante e não circulante somados apresentaram saldo de R\$ 597,679 milhões (R\$ 720,718 milhões, em 2015). Assim, o Grupo apresentou patrimônio líquido de R\$ 44,611 milhões (R\$ 93,313 milhões, em 2015). O resultado de 2016 foi positivo em R\$ 7,370 milhões (em 2015 houve prejuízo de R\$ 75,137 milhões). Em relação aos fluxos de caixa, em 2016 houve consumo líquido de caixa de R\$ 29,779 milhões (em 2015 houve geração de R\$ 27,431 milhões). A decomposição do consumo de caixa é como segue: a) fluxo de caixa das atividades operacionais – consumo de R\$ 52,892 milhões (geração de R\$ 41,535 milhões, em 2015); b) fluxo de caixa das atividades de investimento – geração de R\$ 29,919 milhões (geração de R\$ 10,437 milhões); e c) fluxo de caixa das atividades de financiamento – consumo de R\$ 6,804 milhões (consumo de R\$ 24,560 milhões, em 2015). Por fim, o valor adicionado total distribuído foi de R\$ 1015,307 milhões (em 2015 foi de R\$ 958,223 milhões).

Nos dias 24 e 25/04, visitamos as unidades do Grupo situadas nos estados da Bahia e Sergipe. No primeiro estado, foram visitadas as seguintes unidades, por município: a) Catu: Lupatech – Perfuração e Completação Ltda, Matep S/A Máquinas e Equipamentos, Amper Amazonas Perfurações Ltda, PREST Perfurações Ltda e SOTEP – Sociedade Técnica de Perfuração S/A; e b) Pojuca: Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. No estado de Sergipe foram visitadas as seguintes unidades, por município: a) Aracaju: Prest Perfurações Ltda; e b) Maruim: Itacau Agenciamento Marítimo Ltda., Lupatech – Perfuração e

Completação, SOTEP – Sociedade Técnica de Perfuração S/A. Os detalhes da visita constam da seção 5.

Além dos destaques precedentes, outros eventos ocorreram durante o período do corrente RMA. A fim de evidenciá-los, este relatório foi estruturado da seguinte forma. A seção 2 sintetiza as principais ocorrências na relação do Grupo com seus acionistas e demais agentes externos. Na seção 3, são tecidos comentários a respeito da estrutura de governança corporativa do Grupo. Na seção 4 é analisada a evolução do quadro de pessoal e o comportamento dos gastos com salários e encargos sociais. Na seção 5 são comentadas as atividades de fiscalização empreendidas no período. Na seção 6 o objetivo foi o de elucidar a situação das escritas contábil e fiscal e obrigações acessórias. Na seção seguinte, o objetivo consistiu em tecer comentários referentes aos dados contábeis, com ênfase para os dados de fechamento de 2016. A seção 8 contempla informações sobre o plano de recuperação judicial. A seção 9 sintetiza e conclui este relatório.

2. Síntese das principais ocorrências na relação da Companhia com o mercado e seus acionistas – 28/03/2017 a 27/04/2017

Nesta seção, apresentamos síntese das principais informações a respeito da relação da empresa com o mercado no período em reporte. As páginas eletrônicas da CVM e do Grupo foram as principais bases de dados para referência. Os credores podem acessar essas informações por meios próprios, mas a compilação desses documentos intenta auxiliá-los nessa tarefa. Dessa maneira, organizamos essa seção por meio de seis tópicos principais, a saber: a) demonstrações contábeis; b) reuniões do conselho de administração; c) assembleia de acionistas; d) assembleia de debenturistas; e) fatos relevantes; e f) comunicados ao mercado.

a. Demonstrações contábeis: o último arquivamento de demonstrações contábeis na CVM ocorreu em 28/03/2017 e se refere às demonstrações anuais

Página 7 de 81

de 2016. O próximo arquivamento referir-se-á às demonstrações contábeis do primeiro trimestre de 2017. A expectativa é que sejam arquivadas até 15/05/2017.

- b. Reuniões do Conselho de Administração:** no período deste RMA ocorreu uma única reunião deliberativa, em 27/04/2017. Os assuntos deliberados foram os seguintes: a) troca da diretoria estatutária - saídas dos Srs. Ricardo Doebeli, Diretor Presidente e de Relações com Investidores (feito a partir de 05/05/2017), e Edson Antonio Foltran, Diretor sem designação específica (feito a partir de 28/04/2017), e, entradas dos Srs. Rafael Gorenstein (diretor-presidente) e Paulo Prado Silva (diretor sem designação específica); b) aprovar a contratação da auditora independente Crowe Horwath Macro Auditores Independentes para execução dos trabalhos de auditoria na Companhia, para o exercício que se encerra em 31 de dezembro de 2017, conforme proposta apresentada aos Conselheiros (a firma anterior era a KPMG Auditores Independentes); e c) aprovar a propositura e instauração de procedimento arbitral contra a GP INVESTMENTS e seus veículos, objetivando indenização e ressarcimento por todas perdas e despesas incorridas pela Companhia, em decorrência de contingências oriundas da operação de aquisição das sociedades brasileiras do Grupo San Antonio e não declaradas no Acordo de Investimento firmado entre as partes em abril de 2012

- c. Assembleia de acionistas:** em relação às assembleias de acionistas, alguns eventos ocorreram durante o período, a saber:

1) 28/03/2017 – foram arquivados “Edital de Convocação”, “Proposta da Administração” e “Manual para Participação” para a Assembleia Geral Ordinária (AGO) e da Assembleia Geral Extraordinária (AGE). A data das assembleias ficou marcada para 28/04/2017. Na AGO, o objetivo é: i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e ii) destinar o resultado do exercício. Na AGE, o objetivo consiste em Aprovar a remuneração

fixa e variável global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2017.

2) 03/04/2017 – foi arquivado na CVM “Termo de Não Instalação” da AGE convocada para o dia 03 do mês de abril de 2017, às 11 horas, na sede social da Companhia em Nova Odessa, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 119, sentido interior/capital, prédio C, esquina com a Rua Arnaldo J. Mauerberg, Distrito Industrial, CEP 13.460-000. O edital de convocação foi publicado nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 02, 03 e 04 de março de 2017.

3) 12/04/2017 – arquivamento da ata da AGE realizada em 12/04/2017, em segunda convocação, às 11 horas, na sede social da Companhia, em Nova Odessa, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 119, sentido interior/capital, prédio C, esquina com a Rua Arnaldo J. Mauerberg, Distrito Industrial, CEP 13460-000. As deliberações da AGE foram as resumidas abaixo: i) os acionistas aprovaram por unanimidade de votos, o aumento do limite do capital autorizado da Companhia em 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias, com a consequente alteração do §1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando o capital autorizado de 30.700.000 (trinta milhões e setecentas mil) ações ordinárias para 90.700.000 (noventa milhões e setecentas mil) ações ordinárias; ii) os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a dispensa da aplicação da cláusula de proteção da dispersão da base acionária (*poison pill*), prevista no artigo 49 do Estatuto Social, exclusivamente no caso de eventuais novos investidores ou atuais acionistas da Companhia atingirem participação igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia mediante a subscrição de ações ordinárias no âmbito do próximo aumento de capital a ser realizado pela Companhia, seja por meio de uma oferta pública subsequente de ações (*Follow On*) ou de uma oferta privada; iii) Os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a alteração dos artigos 4º, caput, e 5º, parágrafo primeiro, e a

consolidação do Estatuto Social para refletir as seguintes modificações: (a) inclusão das atividades de escritório e corporativo no escopo do objeto social da Companhia, e (b) atualização da quantidade de ações do capital autorizado da Companhia, nos termos do item I acima; e iv) os acionistas aprovaram por unanimidade de votos, o plano de outorga de opção de compra de ações aos profissionais chave da Companhia, visando a sua retenção em alinhamento aos interesses dos acionistas, publicado no site de Relações com Investidores da Companhia, bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários em 16 de março de 2017.

- d. **Assembleia de debenturistas:** no período deste RMA o Grupo não arquivou qualquer ata relacionada à assembleia de debenturistas; a última assembleia de debenturistas ocorreu em 16/07/2015.
- e. **Fatos relevantes:** no período abrangido por este RMA houve o arquivamento de dois fatos relevantes. O primeiro, datado de 18/04/2017, informou que na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 12 de abril de 2017 (“AGE”), foi aprovado o Plano de Outorga de Opção de Ações (“Plano”) da Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial conforme proposta apresentada pela administração da Companhia e previamente divulgada. A íntegra do Plano de Opção encontra-se arquivada na sede da Companhia, bem como disponível nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br). No site da Companhia (<http://lupatech.foinvest.com.br/>) o Plano consta da Proposta da Administração da AGE. O segundo, datado de 27/04/2017, informou a respeito da troca da diretoria estatutária. O documento menciona que (valendo-se aqui das palavras do próprio documento): *“O Srs. Ricardo Doebeli, Diretor Presidente e de Relações com Investidores, e Edson Antonio Foltran, Diretor sem designação específica, deixam os respectivos cargos na Diretoria Estatutária do Grupo Lupatech após terem cumprido fundamental papel nos processos de racionalização das estruturas corporativas, reestruturação do*

endividamento financeiro, com a aprovação e homologação definitiva do atual Plano de Recuperação Judicial, sem quaisquer objeções. O Sr. Ricardo Doebeli permanece como Conselheiro da Companhia. Nesse sentido, não há alterações na composição do Conselho de Administração. O Conselho de Administração resolveu, por unanimidade, eleger o Sr. Rafael Gorenstein para os cargos de Diretor Presidente e de Relações com Investidores e o Sr. Paulo Prado da Silva para o cargo de Diretor sem designação específica. O Sr. Rafael Gorenstein atua desde janeiro de 2015 como consultor financeiro da Companhia, apoiando na formulação da estratégia de reestruturação do passivo e na construção de seu plano de recuperação. O Sr. Rafael possui formação em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo ITA, Mestrado em Engenharia Elétrica/Pesquisa Operacional pela PUC-RJ e MBA pelo Imperial College, Londres. Atuou como executivo financeiro em banco de investimento e em várias empresas de grande porte dos setores imobiliário, têxtil, de bebidas e de telecomunicações. Acumula relevante experiência como gestor de empresas em reestruturação. O Sr. Paulo Prado da Silva possui formação em Engenharia e Administração de Empresas e tem atuação de 35 anos na gestão de empreendimentos industriais nas áreas de Oil & Gas (offshore e refinarias), com sólida experiência na direção geral e liderança comercial de empresas nos segmentos de automação industrial, manufatura de válvulas, engenharias mecânica e eletrônica. Relevante atuação em projetos de reestruturação de operações industriais e implantação de programas de melhoria contínua. Rafael e Paulo, combinando grande experiência em processos de turnaround e de gestão de negócios industriais, darão continuidade à estratégia de recuperação e crescimento do Grupo Lupatech, visando recuperar os níveis de faturamento e eficiência operacional.”

- f. **Comunicados ao mercado:** no período não houve arquivamento de comunicados ao mercado. O último arquivamento ocorreu em 15/03/2017.

3. Estrutura de governança corporativa

No período deste RMA ocorreram quatro mudanças salutaras nos mecanismos de governança corporativa do Grupo. A primeira diz respeito à alteração da diretoria estatutária, conforme seção anterior. As outras três decorrem da AGE realizada, em segundo convocação, no dia 12/04/2017. A segunda diz respeito à alteração no aumento do limite do capital autorizado em R\$ 60 milhões. A terceira refere-se à proteção à dispersão acionária e a quarta está relacionada com a estrutura de incentivos dos principais gestores do Grupo, por meio da aprovação do Plano de Outorga Opção de Compra de Ações.

Por meio de Fato Relevante (já abordado), o Grupo anunciou a saída dos Srs. Ricardo Doebeli, Diretor Presidente e de Relações com Investidores, e Edson Antonio Foltran, Diretor sem designação específica, de seus respectivos cargos. O Conselho de Administração resolveu, por unanimidade, eleger o Sr. Rafael Gorenstein para os cargos de Diretor Presidente e de Relações com Investidores e o Sr. Paulo Prado da Silva para o cargo de Diretor sem designação específica. De acordo com o fato, os novos executivos detêm ampla experiência e competência para continuar o processo de retomada das operações do Grupo.

A segunda alteração decorre da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Segundo consta da “Proposta da Administração”, arquivada na CVM par fins de realização da AGE, em segundo convocação. no dia 12/04/2017:

“O aumento do limite do capital autorizado visa permitir que a Companhia aprove, em reunião do Conselho de Administração, um aumento de capital, dentro do novo capital autorizado, para permitir a capitalização da Companhia após a reestruturação de seus débitos a partir da homologação do seu Plano de Recuperação Judicial.”

O aumento do capital autorizado foi aprovado pelos acionistas presentes da AGE em pauta.

Quanto à terceira alteração, de acordo com a “Proposta da Administração” mencionada nos parágrafos anteriores, um dos motivadores para a realização da Assembleia seria deliberar sobre:

“[...] a dispensa da aplicação da cláusula de proteção da dispersão da base acionária (poison pill), prevista no artigo 49 do Estatuto Social, exclusivamente no caso de eventuais novos investidores ou atuais acionistas da Companhia atingirem participação igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia mediante a subscrição de ações ordinárias no âmbito do próximo aumento de capital a ser realizado pela Companhia, seja por meio de uma oferta pública subsequente de ações (Follow On) ou de uma oferta privada;”

A proposta foi aprovada pelos acionistas presentes na r. AGE. Essa alteração estatutária tende a tornar a concentração de ações por parte de novos investidores ou atuais acionistas menos intrincada, haja vista que não será necessária a realização de Oferta Pública de Ações (OPA).

A configuração da estrutura de propriedade de quaisquer entidades pode ser entendida como um mecanismo de governança, pois a distribuição de poder entre os acionistas influencia em seus sistemas de governo. Portanto, ao reduzir a barreira para a concentração das ações do Grupo, os acionistas alteraram um relevante mecanismo de governança. O potencial aspecto positivo da alteração diz respeito à possibilidade de um acionista (ou grupo) adquirir significativa participação no capital do Grupo sem a necessidade de proceder com uma Oferta Pública de Ações (OPA) aos demais.

A quarta alteração ocorreu no sistema de incentivo dos principais gestores, por meio da aprovação do “Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações” e que está publicamente disponível para consulta a qualquer usuário interessado em perscrutar os meandros do documento. Os objetivos do Plano constam de seu artigo 1º, inserido *in verbis* no corrente RMA:

“ARTIGO 1º. Os objetivos do Plano são os seguintes:

- a. estimular a retomada dos níveis históricos de atividade operacional da Companhia e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para alinhamento dos interesses e objetivos dos profissionais chave da Companhia com seus acionistas, em especial o cumprimento das obrigações contidas no seu plano de recuperação judicial;*
- b. possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de seus profissionais chave, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos, condições e formas previstos neste Plano; e*
- c. promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus profissionais chave.”*

A leitura do artigo permite inferir que a premissa balizadora para a aprovação do Plano é a de que exista relação positiva entre incentivos financeiros e valor da companhia. Vale ressaltar que esse esquema de incentivo não acrescenta custos às operações da entidade, haja vista que os beneficiários terão que pagar por suas ações.

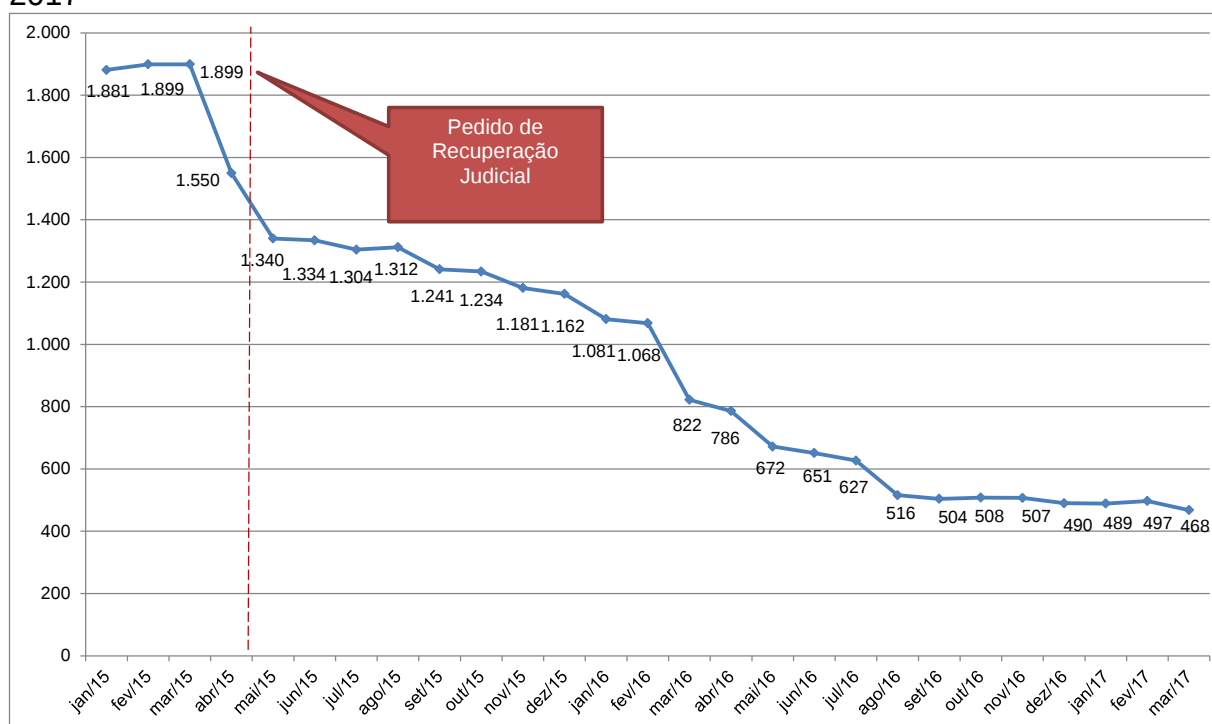
Nesse sentido, nosso objetivo mor é relatar as transformações na estrutura de governança da Lupatech, sem a pretensão de qualificar ou opinar a respeito de tais transformações. Esta Administração Judicial espera que os relatos

aqui expostos sejam úteis aos credores das quatro diferentes classes, principais interessados no sucesso da recuperação judicial do Grupo.

4. Evolução do quadro de pessoal

Em 31/03/2017 havia 468 funcionários no Grupo Lupatech. Desde o início da recuperação judicial o número foi reduzido em 65,08% (de 1.340 em maio de 2015 para 468 em março de 2017), aproximadamente. O gráfico a seguir sintetiza a série de dados:

Gráfico 01 – Evolução do número de funcionários de janeiro de 2015 a março de 2017



A série histórica de dados do número de funcionários do Grupo contém uma quebra estrutural relevante: o pedido de recuperação judicial. O gráfico apresentado traz o devido destaque a esse evento. No entanto, ponderamos que a demarcação temporal não visa a inferir causa e efeito entre o pedido de recuperação e o comportamento posterior do nível de empregos do Grupo. A série é apenas descritiva.

O comportamento no quadro de colaboradores do Grupo até 28/02/2017 foi analisado nos RMAs anteriores. Nos últimos oito meses de dados (agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016 e janeiro, fevereiro e março de 2017), o número de empregados não sofreu retrações bruscas: variou de 516 (agosto/2016) para 468 (março/2017), redução de 9% (aproximadamente) em 8 meses. As principais quedas aconteceram nos sete primeiros meses de 2016. A causa principal, extensamente abordada em outros RMAs, foi a não renovação de contratos de prestação de serviços pela Petrobrás.

Em complemento ao gráfico, a tabela 1 traz os mesmos dados, porém analiticamente e segregados pelas unidades do Grupo.

Tabela 01 – Comportamento do número de funcionários de janeiro de 2015 a março de 2017 (continua...)

Empresas	Unidades	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	dez/15
Lupatech S.A.	CSC	88	85	85	86	67	66	65	64	63	63	61	60
	Filial (Corporativo)	31	29	29	29	19	19	20	20	18	18	17	18
	MNA Nova Odessa	236	233	230	120	85	82	81	80	82	81	79	74
	Tecval	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	CSL	95	95	96	96	95	96	96	96	32	30	30	29
	Fiber Lines	10	10	10	11	11	10	10	10	10	10	10	10
	Valmicro	94	93	93	91	81	84	74	73	71	72	61	58
	Total da Lupatech S.A.	554	545	543	433	358	357	346	343	276	274	258	249
Lochness Participações S.A.	Lochness	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SOTEP Sociedade Técnica de Perfuração S.A.	Matriz e filiais	463	476	478	339	316	314	305	307	307	305	292	289
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda.	Matriz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MATEP Máquinas e Equipamentos	Matriz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AMPER Amazonas e Perfurações Ltda.	Matriz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PREST Perfurações Ltda.	Matriz e filiais	175	175	176	129	124	124	122	124	122	122	122	120
Lupatech - Perfuração e Completação Ltda.	Matriz e filiais	130	133	149	134	119	121	122	123	123	121	107	107
Mipel Indústria e Comércio de Válvulas Ltda.	Matriz	28	27	27	26	25	24	23	24	24	23	24	23
	Unidade Carbonox	103	102	104	102	97	95	95	93	94	93	85	81
	Total da Mipel Indústria e Comércio	131	129	131	128	122	119	118	117	118	116	109	104
Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.	Matriz	298	310	294	283	257	259	254	260	256	259	256	256
	Oil Tools Caxias do Sul	33	34	34	34	3	0	0	0	0	0	0	0
	Tubular Services	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Fiberware Rio das Ostras	25	26	26	24	22	23	21	22	22	21	21	21
	Fiberware Carmópolis	15	14	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tubular Services Pojuca	42	42	42	30	12	10	9	9	10	9	9	9
	Oil Tools Mossoró	15	15	15	16	7	7	7	7	7	7	7	7
	Total da Lupatech - Equip. e Serviços	428	441	422	387	301	299	291	298	295	296	293	293
Total		1.881	1.899	1.899	1.550	1.340	1.334	1.304	1.312	1.241	1.234	1.181	1.162
Variação % acumulada de jan/2015 a mar/2017: por mês		N.A.	0,96%	0,96%	-17,60%	-28,76%	-29,08%	-30,68%	-30,25%	-34,02%	-34,40%	-37,21%	-38,22%

Tabela 01 (...continuação) – Comportamento do número de funcionários de janeiro de 2015 a março de 2017

Empresas	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	Variação % acumulada de jan/2015 a mar/2017: por empresa
Lupatech S.A.	57	56	58	46	44	42	42	41	39	39	39	38	39	39	40	-55%
	16	16	8	9	9	9	6	7	7	6	6	3	5	6	5	-84%
	71	73	70	71	70	69	68	61	56	60	62	57	64	70	70	-70%
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	N.A.
	29	29	32	24	24	24	23	20	20	20	20	21	21	21	21	-78%
	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	-50%
	58	59	62	63	64	63	64	62	61	62	63	62	62	62	61	-35%
	236	238	235	218	216	212	208	196	188	192	195	186	196	203	202	-64%
Lochness Participações S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	N.A.
SOTEP Sociedade Técnica de Perfuração S.A.	263	253	113	107	45	36	35	69	70	73	71	69	69	70	65	-86%
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	N.A.
MATEP Máquinas e Equipamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	N.A.
AMPER Amazonas e Perfurações Ltda.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	N.A.
PREST Perfurações Ltda.	106	105	57	50	9	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	-100%
Lupatech - Perfuração e Completação Ltda.	100	100	42	40	39	43	43	31	28	27	27	26	25	18	34	-74%
Mipel Indústria e Comércio de Válvulas Ltda.	23	24	23	23	23	23	23	23	23	22	22	22	22	22	22	-21%
	79	81	86	88	87	87	87	82	82	82	79	79	79	80	77	-25%
	102	105	109	111	110	110	110	105	105	104	101	101	101	102	99	-24,43%
Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.	245	250	255	252	247	239	223	114	112	110	112	107	97	103	67	-78%
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-100%
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	N.A.
	21	10	4	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-96%
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-100%
	5	5	5	3	3	3	1	0	0	1	0	0	0	0	0	-100%
	3	2	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-100%
	274	267	266	260	253	244	225	115	113	112	113	108	98	104	68	-84,11%
Total	1.081	1.068	822	786	672	651	627	516	504	508	507	490	489	497	468	-75,12%
Varição % acumulada de jan/2015 a mar/2017	-42,53%	-43,22%	-56,30%	-58,21%	-64,27%	-65,39%	-66,67%	-72,57%	-73,21%	-72,99%	-73,05%	-73,95%	-74,00%	-73,58%	-75,12%	N.A.

No RMA passado, reportamos que de janeiro/2017 para fevereiro/2017 o número de funcionários cresceu cerca de 2% (489 para 497). Notadamente, o aumento no número de funcionários ocorreu em duas unidades do Grupo, a saber: i) MNA Nova Odessa – passou 64 para 70 funcionários; e ii) Matriz da Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. – passou de 97 para 103 funcionários. Na ocasião, apuramos que o aumento do número de funcionários na MNA Nova Odessa ocorreu em razão de demandas do setor de produção. No caso da Matriz da Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo, em dezembro/2016 o número de funcionários era de 107 e passou para 97 janeiro/2017. De janeiro/2017 para fevereiro/2017, o número de funcionários passou de 97 para 103. Os departamentos contatados nos informaram que a contratação foi de menores aprendizes, como forma de cumprir a legislação aplicável.

De fevereiro/2017 para março/2017, o número de funcionários foi reduzido de 497 para 468. A principal queda ocorreu na matriz da Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda (de 103 para 67). O término dos contratos com a Petrobras e encerramento de atividades explicam as demissões ocorridas. A tendência é que novas demissões ocorram com a finalização dos contratos.

A tabela seguinte relativiza o comportamento dos gastos com salários e encargos sociais em comparação à receita operacional líquida de janeiro de 2015 a março de 2017:

Tabela 02 – Comportamento dos gastos com salários e encargos sociais (em R\$) – janeiro de 2015 a março de 2017

Ano	Mês	Salários e encargos sociais (em R\$) (a)	Número de funcionários (b)	Salários e encargos sociais por funcionário (em R\$) (a/b)	Receita operacional líquida mensal (em R\$)	Relevância em relação à receita líquida (a/c)
2015	Janeiro	13.826.452	1.881	7.351	30.139.000	46%
2015	Fevereiro	13.901.895	1.899	7.321	27.651.000	50%
2015	Março	13.217.325	1.899	6.960	25.423.000	52%
2015	Abril	16.903.325	1.550	10.905	19.257.000	88%
2015	Maio	14.846.003	1.340	11.079	25.853.000	57%
2015	Junho	11.928.199	1.334	8.942	20.824.000	57%
2015	Julho	10.667.405	1.304	8.181	26.903.000	40%
2015	Agosto	10.236.493	1.312	7.802	23.494.000	44%
2015	Setembro	10.557.690	1.241	8.507	18.984.089	56%
2015	Outubro	9.806.279	1.234	7.947	20.000.821	49%
2015	Novembro	11.001.004	1.181	9.315	20.084.926	55%
2015	Dezembro	8.326.157	1.162	7.165	18.657.164	45%
2016	Janeiro	9.755.067	1.081	9.024	20.084.515	49%
2016	Fevereiro	9.257.723	1.068	8.668	15.013.374	62%
2016	Março	11.133.722	822	13.545	11.590.112	96%
2016	Abril	7.862.659	786	10.003	10.887.434	72%
2016	Maio	9.070.068	672	13.497	8.678.669	105%
2016	Junho	6.888.718	651	10.582	9.765.857	71%
2016	Julho	5.997.800	627	9.566	11.127.202	54%
2016	Agosto	6.359.957	516	12.325	10.004.783	64%
2016	Setembro	5.771.043	504	11.450	10.262.015	56%
2016	Outubro	4.713.787	508	9.279	9.173.703	51%
2016	Novembro	4.882.878	507	9.631	9.095.974	54%
2016	Dezembro	4.367.656	490	8.914	12.970.966	34%
2017	Janeiro	4.464.687	489	9.130	10.603.662	42%
2017	Fevereiro	4.723.854	497	9.505	8.450.609	56%
2017	Março	5.159.204	468	11.024	N.D.	N.A.
Média global		9.097.298	1.001	9.090	16.729.995	54%
Média 2015		12.101.519	1.445	8.376	23.105.917	52%
Média 2016		7.171.756	686	10.454	11.554.550	62%
Média 2017		4.782.582	485	9.868	9.527.136	50%
Mediana global		9.257.723	1.068	N.A.	16.835.269	N.A.

Nota: N.A.: não aplicável. N.D.: não disponível.

O total médio de salários e encargos sociais de janeiro de 2015 a março de 2017 foi de R\$ 9.097.298. Em 2015, o total médio foi R\$ 12.101.519 e de janeiro a dezembro de 2016 foi de R\$ 7.171.756. A média dos três primeiros meses foi de R\$ 4.782.582. A mediana global também foi calculada, com o intuito de mitigar o efeito de alguma observação extrema sobre a média. A mediana de janeiro de 2015 a fevereiro de 2017 foi de R\$ 9.257.723. Isso indica que, da série histórica, metade do total de salários mensais foi acima de R\$ 9.257.723 e metade abaixo.

Continuaremos a acompanhar o comportamento do número de funcionários e total de salários e encargos ao longo do tempo, além de reportar,

quando necessário, os fundamentos que causaram quaisquer alterações salutaras nesses dados.

5. Atividades de fiscalização

Esta Administração Judicial emprega múltiplas estratégias para fiscalizar as atividades das Recuperandas: desde a conferência documental até visitas a unidades. Essas estratégias vêm sendo empregadas consistentemente desde o início do processo de recuperação judicial. Nesse período, empregamos, principalmente, três estratégias: i) visitas a unidades situadas na Bahia e em Sergipe, em 24 e 25/04 (subseção 5.1); ii) conferência de documentos (subseção 5.2); e iii) reunião com a Gestão (subseção 5.3).

5.1 Visitas às unidades

Esta Administração Judicial efetuou fiscalização *in loco*, em 24/04/2017 e 25/04/2017, em 04 plantas do Grupo Lupatech situadas nos estados da Bahia e Sergipe. Nestas plantas estão estabelecidas as unidades da SOTEP – Sociedade Técnica de Perfurações S/A, da PREST Perfurações Ltda., da Lupatech – Perfuração e Completação Ltda. e da Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo S/A (Tubular Services Pojuca). Todas as fiscalizações foram ciceroneadas por representantes do Grupo Lupatech. As unidades verificadas se encontram em descontinuidade, uma vez que não mais possuem atividades. O principal objetivo das fiscalizações foi o de verificar o estado em que se encontram os ativos destinados a venda.

Para fins de relato das fiscalizações, optamos por segrega-lo por planta.

Planta de Pojuca - Bahia

O site localizado na cidade de Pojuca–BA é onde operava a unidade Tubular Services Pojuca, da Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. Em informação fornecida pelos representantes da Lupatech, a área desta planta é uma concessão da Prefeitura de Pojuca, por 20 anos, com vistas ao desenvolvimento da cidade e geração de empregos.

A Tubular Services Pojuca pertence ao segmento de serviços e tinha suas atividades voltadas para o atendimento à Petrobrás. Seus serviços eram basicamente de aplicação e manutenção de revestimentos em tubulações da petroleira, para o aumento da vida útil dessas tubulações. Os revestimentos que a Tubular Services Pojuca utilizava em seus serviços eram produzidos pela Fiber Liners, unidade do Grupo Lupatech S/A localizada em Feliz–RS, fiscalizada em março de 2017.

Constatamos que a unidade está inoperante. Com o encerramento de seu contrato junto a Petrobrás e a perda na concorrência do processo de licitação, a unidade não teve mais demandas de serviços, uma vez que suas atividades são restritas ao segmento de petróleo (segundo relato do representante da Lupatech a unidade tem potencial produtivo). Segundo informações apresentadas pelos representantes da Recuperanda, a unidade encontra-se com o CRCC (Certificado de Registro e Classificação Cadastral) ativo junto à Petrobrás, o que lhe permite ser convidada em novas licitações.

Na planta de Pojuca–BA estão alocados os funcionários administrativos, responsáveis pelas plantas de Pojuca-BA, Catu-BA, Maruim-SE e Carmópolis-SE. Ao todo, há 8 colaboradores, sendo que 2 com estabilidade. A unidade de Pojuca-BA possui ainda 2 seguranças armados e terceirizados, que realizam vigilância permanente.

As despesas incorridas no 1º trimestre de 2017, na planta de Pojuca-BA, corresponderam a R\$ 579.917,62, sendo a maior parte relativa à perda em processos judiciais. As despesas de manutenção da unidade, que são representadas basicamente por energia elétrica, água, segurança e pessoal, apresentaram média mensal de R\$ 28.482,40, no 1º trimestre de 2017.

As estruturas dos prédios e galpões estão em boas condições, de forma geral. O galpão que era utilizado para a operação necessita de pequenos reparos no telhado, pois há algumas infiltrações.

A unidade Tubular Services Pojuca não dispõe de grande quantidade de ferramentas e equipamentos, visto que sua operação não demandava muitos desses ativos, que, mesmo sem constantes manutenções, apresentam condições de uso. Alguns reparos pontuais são suficientes para voltarem a operar.

Na planta de Pojuca-BA estão guardados diversos equipamentos, maquinários e veículos (caminhões) pertencentes à SOTEP – Sociedade Técnica de Perfuração S/A e que foram transferidos das unidades de Catu-BA e de Maruim-SE para o aproveitamento do espaço desta planta e para negociação dos imóveis dos referidos sites.

Dentre os ativos da SOTEP, verificamos imobilizados em condições de uso, obsoletos e outros itens que serão negociados como sucata. Os assessores (empresa de avaliação de ativos, Apraisal) contratados pela Recuperanda estimam que o valor de mercado de todos os ativos presentes nas 4 unidades fiscalizadas seja de, aproximadamente, R\$ 10.151.329,00. Em caso de liquidação forçada, o valor mínimo de liquidação estimado é de, aproximadamente, R\$ 6.598.400,00.

A planta de Pojuca-BA possui saldo de estoques avaliado em R\$ 1.476.377,94, até a data da visita técnica, em 24/04/2017. Em 2016 foi realizado o inventário físico dos estoques, que foi validado pela auditoria externa dentro dos limites e regras de materialidade. De acordo com a Recuperanda, não ocorreram grandes ajustes.

A seguir, apresentamos parte dos registros visuais feitos da unidade Tubular Services Pojuca e dos ativos da SOTEP guardados na planta de Pojuca-BA.

Figura 01 – Unidade Tubular Services Pojuca

Galpão de serviços



Ferramentas para desempenho de tubos



Local destinado ao armazenamento de tubos



Interior do galpão de serviços



Interior do galpão de serviços



Empilhadeira



Figura 02 – Ativos da SOTEP – Sociedade Técnica de Perfuração S/A



Planta de Catu - Bahia

A planta localizada na cidade de Catu-BA é onde estão situadas as unidades da SOTEP – Sociedade Técnica de Perfuração S/A, PREST – Perfurações Ltda., Matep S/A Máquinas e Equipamentos, Lupatech – Perfuração e Completação Ltda. e Amper Amazonas Perfurações Ltda. As sociedades Amper e Matep foram adquiridas pela SOTEP. Posteriormente, em 2009, foi adquirida pela San Antônio, junto com a sua então concorrente PREST. Em 2012 todas estas sociedades foram adquiridas pela Lupatech S/A, sendo que as operações foram mantidas basicamente na SOTEP.

A planta de Catu-BA realizava prestação de serviços de perfuração e completação (manutenção) para a Petrobrás. Com a perda do contrato de prestação de serviços, a Recuperanda deixou de ter demanda para este segmento.

Como já informado, o administrativo da unidade de Catu-BA está localizado na unidade de Pojuca-BA. Em Catu-BA, há 02 vigias terceirizados, que realizam vigilância 24h.

No local, constam diversos ativos da SOTEP – Sociedade Técnica de Perfuração S/A. Dentre estes ativos havia: carros, caminhões, maquinários, equipamentos e ferramentas. Segundo informações dos representantes da Recuperanda, há ativos negociados, em negociação e ativos já vendidos ou arrematados em leilão, que apenas aguardam retirada. As vendas foram realizadas com autorização judicial.

Quanto aos estoques, constavam basicamente itens de manutenção dos maquinários e equipamentos. A Recuperanda informou que tem negociado a venda de itens de estoque. O valor dos estoques até data da visita técnica, em 24/04/2016, era de R\$ 8.662.917,16. Em 2016, foi realizado o inventário físico dos estoques, validado pela auditoria externa.

As despesas incorridas na planta de Catu-BA totalizaram R\$ 4.012.972,01, no 1º trimestre de 2017 (média de R\$ 1.337.657,34 por mês). Esse saldo está associado à baixa do custo de ativos vendidos e perdas em processos judiciais. As despesas de manutenção da planta são formadas basicamente por energia elétrica, despesas com pessoal, comunicação e segurança e vigilância, que totalizaram, em média, R\$ 51.073,99 por mês, durante o 1º trimestre de 2017.

A seguir, apresentamos registros visuais da visita efetuada na planta de Catu-BA

Figura 03 – Unidade de Catu-BA

Sonda de perfuração



Sonda de perfuração



Unidade de combate a incêndio



Caminhão



Caminhões



Ferramentas



Veículo



Estoque



Empilhadeira



Motor estacionário



Caminhão danificado



Equipamento



Planta de Carmópolis - Sergipe

A planta de Carmópolis-SE já foi unidade da Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. Após o encerramento das atividades nesta unidade, a Lupatech alugou o imóvel para uma empresa denominada ETX. Há aproximadamente 4 anos o imóvel está desocupado e sem nenhuma finalidade específica. Uma vez que o valor dos ativos que lá se

encontram, conforme informou a gestão das Recuperandas, não justificavam o custo mensal de colocação de empresa de segurança, não há a presença de vigias e itens do imóvel como portas, janelas e telhados foram saqueados.

Na visita, constatamos a existência de ativos da SOTEP – Sociedade Técnica de Perfuração S/A, guardados no terreno do imóvel. Na vizinhança do imóvel havia estações de bombeamento de petróleo da Petrobrás em atividade. Na entrada havia uma faixa de anúncio de venda do imóvel, fixada pela imobiliária.

O imóvel não possuía energia elétrica e água. Também não apresentou saldo de despesas nos registros contábeis. Não havia estoque, almoxarifado ou demais ativos (além dos já mencionados).

Em seguida, apresentamos registros visuais da visita à planta:

Figura 04 – Imóvel de Carmópolis-SE

Portaria



Imóvel



Imóvel



Ativos da SOTEP



Ativos da SOTEP



Ativos da SOTEP



Planta de Maruim - Sergipe

Na planta de Maruim-SE estavam localizadas as sociedades Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda., Lupatech – Perfuração e Completação Ltda. e SOTEP – Sociedade Técnica de Perfuração S/A. Estas sociedades, assim como as sociedades de Catu-BA, eram responsáveis pela prestação de serviços de perfuração e completção (manutenção) para a Petrobrás.

Com o encerramento dos contratos de serviços junto à Petrobrás, não houve demandas para este segmento. Assim, seus ativos ficaram parados e sem manutenções preventivas.

A unidade conta com 2 vigilantes terceirizados e que efetuam a segurança do local 24 horas. O setor administrativo desta unidade está em Pojuca-BA, conforme já informado.

No local, verificamos a existência de diversos ativos, como: maquinários, equipamentos, ferramentas e veículos (caminhões e automóveis). A Recuperanda tem efetuado negociações desses ativos. Segundo informou o representante da Recuperanda, havia ativos em processo de negociação, ativos já vendidos ou arrematados (aguardavam a retirada) e ativos a serem negociados. O imóvel também estava à venda e no portão constava um anúncio de venda afixado pela imobiliária designada para a negociação.

Dentre os ativos presentes no local, durante a fiscalização, havia ativos em condições de uso e ativos que necessitavam de manutenção para seu funcionamento.

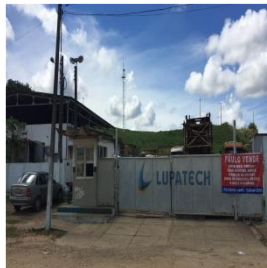
A unidade de Maruim-SE também possuía estoques, que também estão negociados pelo Grupo. Os estoques totalizavam R\$ 1.491.085,17, até a data da visita técnica realizada (24/04/2017).

As despesas incorridas na planta de Maruim-SE totalizaram R\$ 120.051,52, no 1º trimestre de 2017. As despesas com manutenção da planta são formadas, principalmente, por energia elétrica, água, comunicação e segurança (apresentaram média mensal de R\$ 28.303,93, no primeiro trimestre).

Os registros da visita constam a seguir.

Figura 05 – Unidade de Maruim-SE

Portaria da unidade



Caminhão



Caminhão



Sonda de perfuração



Sonda de perfuração



Equipamento



Unidades de combate a incêndio



Ferramentas



Automóvel



Estoque



Estoque



Motores



Síntese das fiscalizações

A seguir, resumimos os principais aspectos das visitas às unidades da Bahia e Sergipe:

- ✓ as 4 plantas fiscalizadas encontravam-se inoperantes;
- ✓ a gestão das 4 plantas estava instalada na unidade de Pojuca-BA;
- ✓ o imóvel da unidade de Pojuca-BA não pertence ao Grupo Lupatech S/A, pois é uma concessão para utilização por 20 anos, enquanto que os demais imóveis são de propriedade da Lupatech e serão negociados;
- ✓ a unidade de Pojuca-BA realizava serviços de revestimento em tubulações da Petrobrás, pela Tubular Services Pojuca, e atualmente armazena diversos ativos da SOTEP – Sociedade Técnica de Perfurações S/A;
- ✓ a maioria dos ativos guardados nas unidades fiscalizadas é de propriedade da SOTEP – Sociedade Técnica de Perfurações S/A;
- ✓ havia ativos em diversas situações: em condições de uso, obsoletos, carentes de reparo e sucatas;
- ✓ também constatamos que havia ativos a serem negociados, em negociação, já negociados e vendidos ou arrematados em leilão, que aguavam a retirada;
- ✓ as plantas de Pojuca-BA, Catu-BA e Maruim-SE contavam com vigilância permanente para zelar pelos ativos lá situados;
- ✓ os imóveis de Catu-BA, Carmópolis-SE e Maruim-SE serão negociados;
- ✓ as despesas de manutenção das unidades de Catu-BA, Carmópolis-SE e Maruim-SE são formadas basicamente por energia elétrica, água, segurança e pessoal. A unidade de Carmópolis-SE não apresentava quaisquer despesas; e
- ✓ o valor de mercado dos ativos presentes nas 4 unidades fiscalizadas totalizava R\$ 10.151.329 (valor mínimo de liquidação forçada de aproximadamente R\$ 6.598.400).

5.2 Conferência de documentos

5.2.1 Rescisões

Nesse período de fiscalização mantivemos a rotina de averiguar os comprovantes de pagamentos de rescisões ocorridas no período. Não há ocorrências a serem noticiadas quanto a esse assunto, uma vez que os pagamentos das rescisões e das parcelas de rescisões se encontram regular.

5.2.2 Remuneração dos administradores e consultores

Além da conferência do pagamento de rescisões, para esse RMA procedemos com a verificação da remuneração dos diretores, conselheiros e consultores especiais do Grupo, com vistas a ampliar o acesso a informações que possam ser de interesse dos credores e demais interessados no processo de recuperação do Grupo. Os dados foram analisados agregadamente.

A tabela a seguir apresenta a remuneração bruta global da diretoria executiva, do conselho de administração e dos consultores especiais do Grupo. Os dados abarcam o seguinte período: maio de 2015, mês em que ocorreu o pedido de recuperação judicial, a fevereiro de 2017, últimos dados disponíveis para nossas verificações. O período foi dividido em três partes, com base no exercício social, como apresentado a seguir: i) maio de 2015 a dezembro de 2015; ii) janeiro de 2016 a dezembro de 2016; e iii) janeiro de 2017 a fevereiro de 2017.

Tabela 03 – Remuneração bruta global

Período	Remuneração bruta				Total	
	Fixa		Variável			
	R\$	% (do total)	R\$	% (do total)	R\$	% (do total)
Remuneração total: diretoria						
Mai/2015 a Dez/2015	2.801.205,81	62,79%	1.659.900,00	37,21%	4.461.105,81	100,00%
Jan/2016 a Dez/2016	3.637.652,76	64,38%	2.012.541,18	35,62%	5.650.193,94	100,00%
Jan/2017 a Fev/2017	495.554,61	100,00%	0,00	0,00%	495.554,61	100,00%
Total	6.934.413,18	65,38%	3.672.441,18	34,62%	10.606.854,36	100,00%
Remuneração total: conselho de administração						
Mai/2015 a Dez/2015	720.000,00	100,00%	0,00	0,00%	720.000,00	100,00%
Jan/2016 a Dez/2016	984.000,00	100,00%	0,00	0,00%	984.000,00	100,00%
Jan/2017 a Fev/2017	180.000,00	100,00%	0,00	0,00%	180.000,00	100,00%
Total	1.884.000,00	100,00%	0,00	0,00%	1.884.000,00	100,00%
Remuneração total: consultores						
Mai/2015 a Dez/2015	528.000,00	55,35%	426.000,00	44,65%	954.000,00	100,00%
Jan/2016 a Dez/2016	892.000,00	71,25%	360.000,00	28,75%	1.252.000,00	100,00%
Jan/2017 a Fev/2017	152.000,00	100,00%	0,00	0,00%	152.000,00	100,00%
Total	1.572.000,00	66,67%	786.000,00	33,33%	2.358.000,00	100,00%
Remuneração total global						
Mai/2015 a Dez/2015	2.801.205,81	62,79%	1.659.900,00	37,21%	4.461.105,81	100,00%
Jan/2016 a Dez/2016	5.513.652,76	69,92%	2.372.541,18	30,08%	7.886.193,94	100,00%
Jan/2017 a Fev/2017	332.000,00	100,00%	0,00	0,00%	332.000,00	100,00%
Total	10.390.413,18	69,97%	4.458.441,18	30,03%	14.848.854,36	100,00%

A tabela mostra que a remuneração total no período verificado por esta AJ foi de R\$ 14.848.854,36, assim distribuída: a) diretoria executiva: R\$ 10.606.854,36 (71% do total); b) conselho de administração: R\$ 1.884.000 (13% do total); e c) consultores: R\$ 2.358.000 (16% do total).

Tanto a diretoria como os consultores receberam remuneração variável. No caso da diretoria, aproximadamente 1/3 da remuneração total foi variável. Proporção semelhante ao caso dos consultores. O conselho de administração recebeu apenas remuneração fixa.

Com vistas a reduzir as despesas com a remuneração dos administradores e consultores, o Grupo optou por empreender reestruturações em seu corpo diretivo, conforme os eventos noticiados nas seções 2 e 3. Segundo a gestão, a expectativa é que as novas ações resultem em economia de até 50% quanto às remunerações constantes da tabela anterior.

5.3 Reunião com a Gestão

Foi realizada reunião com a Gestão do grupo no findar de abril. Na ocasião o principal assunto tratado foi atinente à saída dos Srs. Ricardo Doebeli e Edson Foltran, como mencionado em seções precedentes. Ademais, também coletamos informações a respeito das estratégias que vêm sendo implementadas para fins de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. Na mesma oportunidade o novo diretor estatutário, Sr. Paulo, foi apresentado à Administração Judicial.

6. Situação das escritas contábil e fiscal e obrigações acessórias

No último RMA, solicitamos ao departamento de controladoria esclarecimentos sobre a entrega de obrigações acessórias. De acordo com as informações que recebemos, todas as obrigações acessórias exigidas até o mês de fevereiro de 2017 tinham sido cumpridas nos prazos estipulados pelos órgãos competentes. Para o corrente RMA, não solicitamos novas informações, pois entendemos que tal item está sujeito a pouca volatilidade de período para período.

7. Dados contábeis-financeiros

Em 29/03/2017 o Grupo Lupatech arquivou suas demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2016. É de nossa alçada o acompanhamento diligente das contas da Recuperanda, conforme consta do inciso IV, do art. 52, da Lei nº. 11.101/05. Nosso principal insumo para a tarefa é o conjunto de demonstrações contábeis elaborados e/ou publicados pelas sociedades.

De acordo com o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Lupatech, as

informações contábeis apresentadas estão em congruência com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, conforme o trecho a seguir:

“Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

*Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas **apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes**, a posição patrimonial e financeira da Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.*

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

*Em nossa opinião, **as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).” (grifos nossos)*

Não obstante, os auditores independentes destacaram incerteza quanto à continuidade operacional do Grupo, como o fizeram nos relatórios anteriores:

“Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

*Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia **tem gerado prejuízos recorrentes e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 incorreu no prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 37.350 mil (consolidado – R\$ 55.194 mil) e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 35.200 mil (consolidado – R\$ 14.678mil)**, e não têm gerado caixa em montante suficiente para a liquidação de suas*

obrigações e para a manutenção de suas atividades operacionais, bem como divulga certas ações que estão sendo implementadas pela Companhia para a reversão desse cenário. **A continuidade operacional depende do sucesso dos planos da Administração para reestruturação das operações e obtenção de recursos adicionais**, incluindo a manutenção e o cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores em 08 de novembro de 2016 e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo em 1º de dezembro de 2016, conforme descrito nas notas explicativas 1.1 e 1.2 às demonstrações financeiras. Esses eventos ou condições, indicam a **existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia**. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.” (grifos nossos)

Nesse sentido, na nota explicativa 1.2, a Administração comenta sobre os resultados de algumas das ações implementadas para recuperar o equilíbrio financeiro do conjunto de recuperandas:

“A Companhia teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de substanciais quantias do seu principal cliente (R\$36.951 em dezembro de 2015) e a venda de participações societárias (R\$28.599 em março de 2016). Outras medidas contidas no plano que foram executadas referem-se a vendas de ativo imobilizado da companhia, e a concentração da dívida concursal das empresas brasileiras do Grupo econômico na Lupatech S/A, como principal pagadora, remanescendo a solidariedade das demais empresas recuperandas.

No curso do exercício, a Companhia foi capaz de injetar o capital de giro e executar os investimentos requeridos pelas suas operações. Entretanto, em qualquer cenário desenvolvido pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações. Determinadas unidades de negócios têm tido suas operações substancialmente afetadas pelas condições de mercado de Óleo e Gás e pelas repercussões do processo de Recuperação judicial, tendo o seu nível de atividade e seu

desempenho operacional limitado. Na avaliação da Companhia, estas unidades voltarão a operar da maneira esperada à medida que o ambiente de negócios se normalize, sempre que os recursos necessários ao seu capital circulante sejam conferidos.”

No relatório dos auditores independentes, por força de novas normas que regulamentam a atuação do auditor, foram destacados alguns dos assuntos contábeis que mais podem afetar o patrimônio da entidade e qual o procedimento adotado pela firma de auditoria. Em relação ao Grupo sob análise, os assuntos foram os seguintes: a) contabilização dos efeitos advindos do plano de recuperação judicial; b) avaliação de perda ao valor recuperável; e c) provisões e passivos contingentes. Pela relevância dos três temas, os trechos são apresentados no corrente RMA *in verbis*:

“Contabilização dos efeitos advindos do plano de recuperação judicial – Controladora e Consolidado

Conforme descrito na nota explicativa 1.1 o plano de recuperação judicial da Companhia (“o plano”) e de suas controladas foi aprovado em assembleia de credores no dia 08 de novembro de 2016 e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo em 1º de dezembro de 2016, produzindo, portanto, seus efeitos legais e obrigando tanto o devedor quanto todos os credores a ele sujeitos ao seu cumprimento a partir desta data, nos termos da Lei 11.101/2005, o que representou, entre outros, uma mudança substancial nos termos dos passivos financeiros sujeitos ao processo de recuperação judicial. Considerando o cenário de incerteza e insegurança jurídica relacionado à aplicação da legislação que trata do tema recuperação judicial e dada a relevância e os julgamentos envolvidos que podem impactar na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como esse assunto foi conduzido na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- *Análise da documentação relacionada ao processo de recuperação judicial, incluindo o plano de recuperação judicial*

apresentado pela Companhia, as atas de convocação, deliberações por parte dos credores e a decisão judicial homologatória do plano, bem como os eventos subsequentes, incluindo a existência ou não e o teor, se aplicável, de eventuais agravos impetrados por credores, bem como o risco de reversão dos efeitos legais do plano no futuro.

- Obtenção por meio de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia de informações acerca do processo de recuperação judicial e avaliação, com auxílio de nossos especialistas em recuperação judicial, dos aspectos legais e efeitos da decisão homologatória do plano e eventos subsequentes, bem como análise do plano de Recuperação Judicial apresentado nos autos e dos relatórios que foram protocolados no processo.

- Realização de testes de conciliação, movimentação dos saldos, atualizações dos saldos passivos e pagamentos realizados no exercício e avaliação da condição financeira da Companhia e sua capacidade de continuar operando pelo menos nos próximos doze meses.

Avaliação de perda ao valor recuperável (“impairment”) de imobilizado e ágio (goodwill) – Controladora e Consolidado

Conforme descrito nas notas explicativas 12 e 13 às demonstrações financeiras, **a Companhia e suas controladas têm enfrentado dificuldades na geração de lucros e de fluxos de caixa suficientes em suas operações e estão em processo de recuperação judicial.** Com a identificação desses indicadores (“triggers”) a Companhia avaliou a existência de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa (“UGCs”) onde estão alocados o imobilizado e o ágio e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. A determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos requer o uso de premissas e julgamentos significativos pela Companhia que estão sujeitos a um alto grau de incerteza sobre a realização de premissas futuras de negócios, **sobre os indicadores de mercado utilizados na determinação de taxas de desconto, bem como incerteza significativa sobre a capacidade de a Companhia** e suas controladas continuarem operando, o que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão,

consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como esse assunto foi conduzido na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- *Avaliação do desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave relativos à determinação das unidades geradoras de caixa e ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos de imparidade.*
- *Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a integridade matemática e das premissas relevantes utilizadas na preparação da projeção dos fluxos de caixa descontados para cada UGC, incluindo também a comparação das previsões com o desempenho passado, a avaliação da existência de um mercado ativo para as UGCs avaliadas e de outras evidências sobre a determinação do valor justo utilizado na determinação do valor recuperável, tais como laudos a valor de mercado preparados por especialistas, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.*
- *Efetuamos ainda a análise de sensibilidade para as principais premissas utilizadas na projeção elaborada pela Companhia e suas controladas.*

Provisões e passivos contingentes - tributárias, trabalhistas e cíveis – Controladora e Consolidado

*Conforme descrito na nota explicativa 19, **a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis.** A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e também é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. **Devido ao grau de incerteza, à relevância, complexidade e julgamento envolvido na avaliação,***

mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes que podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como esse assunto foi conduzido na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- *Avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para a mensuração de perdas, incluindo a avaliação do julgamento significativo sobre a determinação das probabilidades e dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e/ou divulgados, e se o julgamento foi aplicado de forma adequada e consistente durante todos os períodos apresentados.*
- *Para determinarmos a adequada utilização de premissas no julgamento realizado pela Companhia, consideramos a comparação de recentes casos julgados pelas autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis e os gastos com liquidações financeiras realizadas em um passado recente. Adicionalmente, analisamos os posicionamentos e opiniões dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia que fundamentaram os seus entendimentos e julgamentos.*
- *Para as estimativas de perdas trabalhistas e cíveis, recalculamos os critérios de constituição de provisão com base na política determinada pela Companhia e comparamos com dados e informações históricas e, quando aplicável, com jurisprudência existente para os casos mais significativos.*
- *Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, obtivemos o adequado entendimento da exposição a riscos tributários relacionados aos requerimentos legais impostos ao negócio e opiniões legais obtidas pela Companhia.*
- *Avaliamos também se as divulgações efetuadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos tributários, trabalhistas e cíveis que a Companhia está envolvida” (grifos nossos)*

No último RMA, apresentamos dados contábeis até 28/02/2017 e noticiamos que eram dados provisórios, pois a Companhia ainda estava em processo de revisão de suas demonstrações financeiras de 2016, a fim de

registrar os efeitos decorrentes da homologação do Plano. Tais ajustes repercutiram nos dados de 31/01/2017 e 28/02/2017. Nas próximas seções, então, apresentaremos as análises acerca das demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2016 e reapresentaremos os cálculos dos índices obtidos por meio das demonstrações contábeis de janeiro e fevereiro de 2017.

7.1 Balanço patrimonial

A próxima tabela mostra o conteúdo dos balanços patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Tabela 04 – Balanços patrimoniais referentes a dezembro de 2015 e 2016.

	dez-15		dez-16	
	em milhares de R\$	%	em milhares de R\$	%
Ativo circulante	235.735	29%	162.544	25%
Caixa e equivalentes de caixa	31.012	4%	1.233	0%
Contas a receber	62.330	8%	44.912	7%
Estoques	56.349	7%	56.691	9%
Tributos a recuperar	30.976	4%	29.603	5%
Adiantamentos	26.234	3%	14.095	2%
Despesa antecipada	4.672	1%	3.285	1%
Outros	24.162	3%	12.725	2%
Ativo não circulante	578.296	71%	479.746	75%
Realizável a longo prazo	101.754	13%	80.628	13%
Investimentos	676	0%	676	0%
Imobilizado	354.862	44%	281.730	44%
Intangível	121.004	15%	116.712	18%
Total do ativo	814.031	100%	642.290	100%
Passivo circulante	211.624	26%	177.222	28%
Empréstimos e financiamentos não sujeito à RJ	31.145	4%	23.411	4%
Fornecedores não sujeito à RJ	29.084	4%	18.506	3%
Fornecedores sujeitos à recuperação: classe I	6.517	1%	6.517	1%
Salários e obrigações sociais	23.005	3%	8.272	1%
Comissões a pagar	1.131	0%	897	0%
Tributos a pagar	61.448	8%	60.062	9%
Obrig. e Prov. para Riscos Trab. - sujeitos à Rec. Judicial	33.462	4%	32.628	5%
Provisões	2.023	0%	1.105	0%
Outros	23.809	3%	25.824	4%
Passivo não circulante	509.094	63%	420.457	65%
Fornecedores - sujeitos à Recuperação Judicial	72.018	9%	65.862	10%
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à Recuperação Judicial	161.026	20%	118.189	18%
Empréstimos e financiamentos	8.177	1%	12.666	2%
Impostos a recolher	9.000	1%	10.047	2%
IR e CSLL diferidos	120.947	15%	56.526	9%
Provisões trib., trab. e cíveis	125.301	15%	123.977	19%
Outros	12.625	2%	33.190	5%
Patrimônio líquido	93.313	11%	44.611	7%
Total do passivo e patrimônio líquido	814.031	100%	642.290	100%

Quaisquer comentários a respeito da situação financeira da Companhia, refletida em seu balanço patrimonial, devem considerar os reflexos da homologação do novo Plano de Recuperação Judicial sobre os passivos financeiros sujeitos ao r. processo. Portanto, nos próximos parágrafos discorreremos a respeito desse contexto. Adicionalmente, comentaremos o comportamento de rubricas entendidas como relevantes.

Durante o transcorrer de 2016, os RMAs juntados por esta Administração Judicial apresentaram análises das demonstrações intermediárias

(encerradas em: 31/03/2016, 30/06/2016 30/09/2016) arquivadas na CVM. Quando da publicação das demonstrações referentes ao segundo trimestre de 2016, houve significativa derrocada da posição financeira do Grupo, em razão da anulação do Plano aprovado em assembleia durante o mês de novembro de 2015 pelo TJSP.

As demonstrações referentes ao encerramento do terceiro trimestre ainda contemplavam o efeito negativo da anulação do Plano. Não obstante, em 08/11/2016 novamente o Plano foi aprovado pelos credores e homologado em 01/12/2016 pelo MM. Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo. Não obstante, a Lupatech S/A apresentou embargos de declaração uma vez que o despacho da homologação não mencionou uma das empresas do Grupo em recuperação judicial. No dia 15 de fevereiro de 2017 o juízo corrigiu seu despacho de homologação incluindo a empresa não mencionada. Segundo consta da nota explicativa 1.1, o prazo para agravos contra a homologação do plano esgotou em 13 de março de 2017. Até a referida data não ocorrera a apresentação de nenhum agravo contra a homologação do plano, de forma que a homologação do Plano transitou em julgado.

A homologação do Plano afetou positivamente a posição patrimonial e o desempenho do Grupo, visto que os passivos financeiros sujeitos à recuperação judicial passaram por nova mensuração, a fim de contemplar a distribuição temporal ajustada pelo Plano de suas exigibilidades.

Em 31/12/2016, o saldo da rubrica “Fornecedores” era, levando-se em conta a soma de passivos circulante e não circulante das demonstrações consolidadas, de R\$ 90,885 milhões. Desse total, R\$ 72,739 estavam sujeitos aos efeitos do processo de recuperação judicial. De acordo com a nota explicativa 14, a Administração expôs que:

“[...] sobre os saldos de fornecedores sujeitos à recuperação judicial em 31 de dezembro de 2016, 50% do respectivo crédito quirografário, será pago por meio da dação em pagamento de bônus de subscrição em prazos determinados conforme determinação do Novo Plano, e sobre os 50% restante dos créditos incidirão juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano, a serem pagos 30 dias após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores quirografários do novo Plano.”

Dessa maneira, a Companhia registrou receita proveniente do ajuste a valor presente sobre os fornecedores sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$ 58,129 (efeito nas demonstrações consolidadas). A taxa de desconto utilizada foi de 13,65% a.a., segundo consta na nota explicativa 14.

Quanto à rubrica “Empréstimos e financiamentos”, o saldo das demonstrações consolidadas, em 31/12/2016, era de R\$ 154,266 milhões, levando-se em conta o saldo dos passivos circulante e não circulante. Do total, R\$ 118,189 estavam sujeitos aos efeitos da recuperação judicial. Na nota explicativa 15, a administração explicou que:

“[...] sobre os saldos de empréstimos e financiamentos dos credores com garantia real sujeitos à recuperação judicial em 31 de dezembro de 2016, 35% serão pagos por meio de bônus de subscrição em prazos e formas conforme determinação do novo Plano, e sobre 65% restante dos créditos com garantia real incidirão juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano, a serem pagos 30 dias após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores com garantia real.

Sobre o saldo de empréstimos e financiamentos dos credores quirografários sujeitos à recuperação judicial em 31 de dezembro de 2016, 50% serão pagos por meio de bônus de subscrição em prazos e formas conforme determinação do novo Plano, e sobre 50% restante dos créditos quirografários incidirão juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano, a serem pagos 30 dias após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores quirografários.”

Assim, ocorreu o registro de receita em função do ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos ao processo de recuperação judicial de R\$ 98,934 milhões. A taxa de desconto do passivo foi de 13,65% a.a.

Em conjunto, os ajustes a valores presentes nas duas rubricas afetaram positivamente o resultado do período em R\$ 157,063 milhões. Porém, além desses ajustes também aconteceram ajustes aos valores justos dos passivos sujeitos à recuperação judicial. De acordo com a nota explicativa 27, que versa sobre o resultado financeiro:

*“Em 31 de dezembro de 2016, conforme determinação no novo Plano de Recuperação Judicial, parte do endividamento dos credores quirografários, credores com garantia real, debêntures e bonds serão pagos com bônus de subscrição a serem emitidos, e sobre essa parcela **foi registrada receita de ajuste a valor justo no montante de R\$292.152** na controladora e no consolidado.” (grifo nosso)*

Portanto, a homologação do Plano acrescentou R\$ 449,215 milhões ao resultado do Grupo. Além disso, o perfil da dívida foi alterado do curto para o longo prazo.

O ativo total encerrou 31/12/2015 com saldo de R\$ 814,031 milhões. Em 31/12/2016, o saldo era de R\$ 642,290, queda de 21%. Nos parágrafos seguintes algumas considerações são tecidas.

O saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa encerrou 31/12/2015 com o valor de R\$ 31,012 milhões, que representava cerca de 4% do total de ativos do Grupo. Em 31/12/2016 o saldo era de R\$ 1,233 milhões, que representava cerca de 0,20% do total de ativos. De um ano para o outro, a redução foi de 96% do saldo. A redução no saldo de caixa, por si só, não é

indicativo de debilidade financeira. Pode ser, simplesmente, uma estratégia de gestão de recursos da tesouraria do Grupo. Contudo, pela situação das Recuperandas, é um aspecto que ganha relevo.

A seguir, consta decomposição da rubrica “Contas a Receber”:

Tabela 05 – Decomposição da rubrica “Contas a receber” (em milhares de R\$)

	2015	2016	Δ %
Mercado nacional	56.326	40.353	-28,4%
Mercado externo	12.440	9.793	-21,3%
Sub-total (a)	68.766	50.146	-27,1%
(-) PECLD (b)	-6.436	-5.234	-18,7%
Contas a receber (a-b)	62.330	44.912	-27,9%
Ativo total (c)	814.031	642.290	-21,1%
% em relação ao ativo total [(a-b)/c]	7,66%	6,99%	-8,7%
Créditos vencidos (d)	16.937	7.867	N.A.
% de créditos vencidos (d/a)	24,63%	15,69%	N.A.

Do ativo circulante a rubrica era uma das principais. As contas a receber ao final do de 2016 tiveram redução de 27,90% em relação ao final de 2015 (redução de 28,40% e 21,3%, no mercado nacional e externo, respectivamente). A estimativa de perda com clientes, PECLD, apresentou leve aumento: de 9,36% (R\$ 6.436/R\$ 68.766) para 10,44% (R\$ 5.234/R\$ 50.146). A importância relativa das contas a receber apresentou leve queda (7,66% e 6,99%, em dezembro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente). Essa redução pode ser explicada em função da redução do nível de atividade na área de serviços, uma vez que houve encerramento de contratos com a Petrobrás. Um aspecto positivo foi que o percentual de créditos vencidos foi menor ao final de 2016 do que 2015. O comportamento das contas a receber é condizente com o atual nível de operações do Grupo. Caso novos contratos não sejam fechados, a tendência é de gradual e constante declínio desse grupo de contas contábeis.

A próxima tabela traz dados referentes aos estoques, a principal rubrica do ativo circulante em 31/12/2016:

Tabela 06 – Decomposição da rubrica “Estoques” (em milhares de R\$)

	2015	2016	Δ %
Produtos prontos	17.016	9.276	-45,5%
Mercadorias para revenda	3.502	5.046	44,1%
Produtos em elaboração	15.199	15.756	3,7%
Matéria-prima e materiais auxiliares	52.073	57.259	10,0%
Sub-total (a)	87.790	87.337	-0,5%
Obsolescência de estoques (b)	-31.441	-30.646	-2,5%
Total (a-b)	56.349	56.691	0,6%
Ativo total (c)	814.031	642.290	-21,1%
% em relação ao ativo total [(a-b)/c]	6,92%	8,83%	27,5%
% obsolescência de estoque (b/a)	-35,81%	-35,09%	-2,0%

O saldo da rubrica permaneceu praticamente o mesmo de 2015 para 2016. A soma dos produtos prontos, mercadorias para revenda, produtos em elaboração e matérias-primas, ao final de 2015 e de 2016, era próxima, R\$ 87.790 e R\$ 87.337, respectivamente. Em termos relativos (divisão da estimativa de perda por obsolescência pela soma dos produtos prontos, para revenda, em elaboração e matéria-prima), o nível de obsolescência apresentou o mesmo comportamento: 35,81% e 35,09%, em 2015 e 2016, respectivamente. Porém, caso o nível de atividades não cresça, a tendência é que as estimativas com perdas por obsolescência de estoque aumentem a importância relativa.

A seguir, trazemos a composição do imobilizado já líquido da depreciação acumulada:

Tabela 07 – Decomposição da rubrica “Imobilizado” (em milhares de R\$)

	2015	2016	Δ %
Terrenos	13.057	13.035	-0,2%
Prédios e construções	43.479	42.069	-3,2%
Máquinas e equipamentos	188.257	153.917	-18,2%
Moldes e matrizes	1.187	900	-24,2%
Instalações industriais	9.604	8.952	-6,8%
Móveis e utensílios	2.825	2.238	-20,8%
Equipamentos para processamento de dados	767	429	-44,1%
Benfeitorias	1.680	1.506	-10,4%
Veículos	2.377	448	-81,2%
Vasilhames	9	6	-33,3%
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10.767	9.857	-8,5%
Imobilizações em andamento	80.853	48.373	-40,2%
Total (a)	354.862	281.730	-20,6%
Ativo total (b)	814.031	642.290	-21,1%
% em relação ao ativo total (a/b)	43,59%	43,86%	0,6%
Adições ao imobilizado	4.324	3.063	-29,2%

De 2015 para 2016, o saldo do imobilizado recuou 20,60%. Essa tendência decorreu de dois motivos principais. O primeiro é que a depreciação não vem sendo repostada por novos investimentos. O segundo é que o Grupo, como previsto em seu Plano, vem alienando ativos que não contribuirão para sua nova estrutura operacional. Por fim, apesar da redução do ativo imobilizado, a relevância do grupo para a formação do ativo permaneceu praticamente inalterada de um período para o outro (43,59% e 43,86%, em 2015 e 2016, respectivamente).

A próxima tabela trata da composição do ativo intangível:

Tabela 08 – Decomposição da rubrica “Intangível” (em milhares de R\$)

	2015	2016	Δ %
Ágios na aquisição de investimentos	103.459	100.936	-2,4%
Softwares e outras licenças	2.650	1.670	-37,0%
Desenvolvimento de novos produtos	14.895	14.106	-5,3%
Total (a)	121.004	116.712	-3,5%
Ativo total (b)	814.031	642.290	-21,1%
% em relação ao ativo total (a/b)	14,86%	18,17%	22,2%
Adições ao intangível	1.980	171	-91,4%

De um período para o outro, praticamente não ocorreu alteração nesse grupo patrimonial. A tendência é que tanto o ativo imobilizado (a respeito do qual já comentamos) como o ativo intangível, não recebam investimentos em curto espaço de tempo (houve investimento de apenas R\$ 0,171 milhões no intangível em 2016), mas sim que haja a depreciação/amortização/baixa por *impairment* de parte dos saldos existentes. Caso haja recrudescimento ou retomada das atividades do Grupo, o prognóstico pode ser revertido.

Em relação aos passivos, os sujeitos ao processo de recuperação judicial foram destacados no início desta seção.

Assim, além dos passivos comentados, outro grupo é relevante: provisões e passivos contingentes:

Tabela 09 - Decomposição das provisões e passivos contingentes (em milhares de R\$)

	2015	2016	Δ %
Provisões reconhecidas:			
Tributárias	49.219	51.381	4,4%
Trabalhistas	65.306	62.288	-4,6%
Cíveis	10.776	10.308	-4,3%
Total (a)	125.301	123.977	-1,1%
Passivo total (circulante e não circulante) (b)	720.718	597.679	-17,1%
% em relação ao passivo total (a/b)	17,4%	20,7%	19,3%
Depósitos judiciais:			
Tributárias	3.025	3.622	19,7%
Trabalhistas	18.085	19.848	9,7%
Cíveis	1.165	1.187	1,9%
Total (c)	22.275	24.657	10,7%
Provisões descobertas (a-c)	103.026	99.320	-3,6%
Perdas possíveis (apresentadas apenas em nota explicativa)			
Tributárias	212.922	131.409	-38,3%
Trabalhistas	52.798	42.764	-19,0%
Cíveis	71.687	31.511	-56,0%
Total	337.407	205.684	-39,0%

As provisões tributárias, trabalhistas e cíveis reduziram, conjuntamente, 1,1% do final de 2015 para o final de 2016, de R\$ 125,301 milhões para R\$ 123,977 milhões. Praticamente, o saldo manteve-se estável.

Os passivos contingentes (não reconhecidos na escrituração contábil, mas divulgados em notas explicativas) foram reduzidos em quase 39% (de R\$ 337, 407 milhões para R\$ 205,684 milhões).

A principal redução, em termos absolutos, ficou por conta das contingências tributárias: redução de R\$ 77,131 milhões. O motivo específico desta redução decorreu de decisão judicial que determinou o levantamento dos

depósitos pela Receita Federal do Brasil. Com isso, o Grupo solicitou as extinções das ações. Por isso, nas demonstrações encerradas em 31/12/2016 não constam tais contingências. Nas encerradas em 30/06/2016, o contexto era o seguinte:

“Processo administrativo para cobrança de contribuições supostamente devidas ao INSS, contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, no valor de R\$37.185, sujeito a perda possível. A exigibilidade deste débito foi suspensa em razão de decisão proferida no Mandado de Segurança nº 2004.33.00.016130-1, que foi posteriormente reformada, em agosto de 2007.

Auto de Infração lavrado contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, para cobranças de supostas contribuições devidas ao INSS. Em 05/02/2010, os autos foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - MF/DF. Processo sujeito a perda possível de R\$32.742.

Débitos supostamente confessados em GFIP, mas não recolhido pela empresa Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial. Processos de perda possível que somam R\$16.348.

Auto de Infração lavrado para cobranças de supostas contribuições devidas ao INSS no total de R\$3.266 contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial. A exigibilidade deste débito encontra-se suspensa. Processo sujeito a perda possível.

Todos os processos acima citados foram garantidos por depósito judicial os quais foram convertidos a favor da União, motivo pela qual a Companhia está solicitando a extinção do debito junto a mesma.

Auto de Infração lavrado para cobrança da DEBCAD nº 37.142.030-0, relativa à conversão de obrigação acessória em obrigação principal, consistente da falta de declaração em GFIP das contribuições devidas no período compreendido entre janeiro de 1999 e junho de 2007 na empresa Sotep Sociedade Técnica de Perfurações S/A – Em Recuperação Judicial. Processo sujeito a perda possível de R\$1.606. Em 29/04/2011, processo foi recebido no CARF para julgamento do Recurso Voluntário interposto pela empresa, com distribuição em 06 de agosto de 2015.” (Demonstrações Contábeis encerradas em 30 de junho de 2016)

Em 31/12/2016, apenas o último processo da relação acima continuava como passivo contingente. Os demais tiveram a classificação

alterada de possível para remota. Já havíamos tecido comentário a esse respeito no RMA que tratou das demonstrações encerradas em 30/09/2016. Porém, esta Administradora Judicial trouxe novamente a explicação, a fim de contextualizar a redução dos passivos contingentes durante todo o ano de 2016.

Por fim, a próxima tabela apresenta a composição do endividamento tributário do Grupo. Nesse caso, os dados estão apresentados até 28/02/2017, informação mais tempestiva que dispomos. A informação já havia sido inserida em nosso último RMA. Todavia, em função da alteração dos saldos de alguns passivos e do resultado decorrente dos ajustes para considerar a homologação do Plano, informações da tabela necessitaram ser revistas, especificamente as que versavam sobre os totais dos passivos e ativos.

Tabela 10 – Composição do endividamento tributário

	jan-16	fev-16	mar-16	abr-16	mai-16	jun-16	jul-16	ago-16	set-16	out-16	nov-16	dez-16	jan-17	fev-17
Tributos de curto prazo	62.728	58.308	72.015	66.087	64.356	62.372	56.520	56.209	57.852	57.053	57.300	59.988	59.359	60.166
Contribuições	16.580	15.725	15.911	13.404	12.894	12.177	11.691	11.338	10.678	10.002	9.890	10.523	9.613	9.810
COFINS	3.755	3.499	3.462	2.593	2.605	2.577	2.647	3.041	2.637	2.609	2.653	2.823	2.702	2.568
PIS	688	633	604	517	519	513	538	626	537	534	543	580	553	525
INSS	6.199	5.547	6.006	5.039	4.725	4.196	3.816	3.513	3.337	2.745	2.762	3.107	2.701	2.909
Contribuição sindical	39	39	159	38	38	38	38	37	25	25	25	30	32	29
PIS/COFINS/CSLL retidos	107	58	102	94	77	72	84	95	54	43	52	40	23	43
FGTS	1.847	1.752	2.307	2.003	1.934	1.977	1.914	1.869	1.864	1.909	1.878	1.977	1.856	1.860
COFINS s/ vendas a fatura	1.752	1.731	2.471	2.380	2.424	2.265	2.336	1.931	1.938	1.872	1.746	1.742	1.534	1.384
PIS S/ vendas a faturar	380	376	536	517	526	492	507	419	421	407	379	378	333	300
Outros (especificar)	1.813	2.090	265	224	47	47	187	194	135	141	148	154	120	191
Impostos	46.148	42.583	56.104	52.683	51.462	50.194	44.829	44.871	47.174	47.051	47.410	49.465	49.745	50.356
ICMS	14.626	11.962	10.919	10.506	10.084	9.589	4.437	4.749	5.141	5.278	6.152	6.606	7.039	7.554
ICMS substituição tributária	4	3	3	2	2	3	5	7	5	4	5	5	5	8
IPI	119	117	117	117	117	119	-	-	-	-	-	-	-	5
IRRF	25.329	24.489	39.168	38.607	38.076	37.915	37.470	37.142	38.971	38.835	38.922	40.120	39.829	40.009
IRPJ S/ lucros a realizar	30	-	-	70	-	-	184	184	123	124	124	112	112	112
ISSQN	833	963	875	856	867	849	846	833	820	808	774	802	819	762
ITBI	154	154	154	154	154	154	154	154	154	154	154	154	154	154
ICMS S/ remessas	4	3	3	4	4	10	10	10	12	12	12	12	12	12
IRPJ e CSLL a recolher	2.484	2.462	2.586	374	417	1.556	535	597	659	679	1.515	790	695	746
Outros (especificar)	2.565	2.428	2.278	1.992	1.741	-	1.556	1.564	1.535	1.404	-	1.087	1.304	1.217
Tributos de longo prazo	9.050	8.894	9.235	9.026	9.008	9.024	9.008	8.940	7.993	8.719	8.491	10.222	10.200	10.015
Contribuições	7.938	7.948	8.369	8.236	8.236	8.246	8.313	8.313	7.717	8.451	8.399	10.135	10.116	9.932
INSS	2.274	2.274	2.274	2.274	2.274	2.274	2.274	2.274	770	1.504	1.504	2.206	2.187	2.268
Outros	5.664	5.674	6.095	5.962	5.962	5.972	6.038	6.038	6.947	6.947	6.894	7.929	7.929	7.664
Impostos	1.112	946	866	790	772	779	696	627	276	268	93	87	84	83
Outros	1.112	946	866	790	772	779	696	627	276	268	93	87	84	83
Passivos tributários (a+b)	71.778	67.202	81.250	75.113	73.365	71.396	65.529	65.149	65.845	65.772	65.791	70.210	69.559	70.182
Total dos passivos (c)	655.161	711.224	719.185	710.492	697.930	1.051.180	1.052.603	1.068.404	1.077.288	1.076.993	1.100.570	597.678	595.536	595.453
Relevância em relação ao p	10,96%	9,45%	11,30%	10,57%	10,51%	6,79%	6,23%	6,10%	6,11%	6,11%	5,98%	11,75%	11,68%	11,79%
Total dos ativos (d)	812.121	787.946	756.988	722.339	722.339	662.217	651.032	650.189	639.040	626.959	634.521	642.289	629.629	629.960
Relevância em relação ao e	8,84%	8,53%	10,73%	10,40%	10,16%	10,78%	10,07%	10,02%	10,30%	10,49%	10,37%	10,93%	11,05%	11,14%

Nota: os dados foram disponibilizados pela gestão do Grupo. Os tributos diferidos passivos e as provisões tributárias não foram levados em consideração no cálculo do endividamento tributário.

A conclusão que emerge da tabela anterior é que as dívidas com as esferas tributárias competentes vêm sendo controladas, haja vista a estabilidade dos saldos, período após período.

Por fim, a próxima tabela, apoiada por dois gráficos, reapresenta um conjunto de indicadores que resumem a posição financeira do Grupo até 28/02/2017: liquidez corrente, liquidez seca, endividamento geral e composição do endividamento. O conteúdo da tabela já havia sido apresentado em nosso último RMA, porém foi ajustado para contemplar as modificações decorrentes dos efeitos do trânsito em julgado da homologação do Plano sobre alguns grupos de contas.

Tabela 11 – Evolução dos indicadores financeiros (continua...)

	dez-14	jan-15	fev-15	mar-15	abr-15	mai-15	jun-15	jul-15	ago-15	set-15	out-15	nov-15	dez-15	jan-16
Liquidez corrente	0,94	0,90	0,89	0,69	0,66	0,63	0,38	0,37	0,37	0,35	0,34	0,33	1,11	1,30
Liquidez seca	0,67	0,63	0,63	0,49	0,46	0,46	0,27	0,27	0,27	0,26	0,25	0,24	0,84	0,93
Endividamento geral	0,91	0,92	0,92	0,93	0,94	0,96	1,06	1,07	1,08	1,25	1,27	1,33	0,89	0,81
Composição do endividamento	31,92%	33,73%	32,25%	38,85%	39,73%	41,30%	65,10%	65,90%	66,80%	66,96%	67,45%	68,52%	29,36%	25,41%

Tabela 11 (...continuação) – Evolução dos indicadores financeiros

	fev-16	mar-16	abr-16	mai-16	jun-16	jul-16	ago-16	set-16	out-16	nov-16	dez-16	jan-17	fev-17
Liquidez corrente	1,01	0,98	0,96	0,90	0,19	0,18	0,18	0,17	0,17	0,17	0,67	0,67	0,65
Liquidez seca	0,72	0,75	0,71	0,64	0,13	0,13	0,13	0,11	0,11	0,11	0,43	0,43	0,42
Endividamento geral	0,90	0,95	0,98	1,00	1,59	1,62	1,64	1,69	1,72	1,73	0,93	0,95	0,95
Composição do endividamento	28,07%	29,67%	28,97%	28,01%	82,88%	82,97%	82,32%	82,33%	82,38%	82,78%	39,24%	39,67%	40,07%

Nota: Liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante; Liquidez seca: (ativo circulante - estoques - despesas antecipadas)/passivo circulante; Endividamento geral: (passivo circulante + passivo não circulante)/ativo total; Composição do endividamento: passivo circulante/(passivo circulante + passivo não circulante).

Gráfico 02 – Indicadores de liquidez

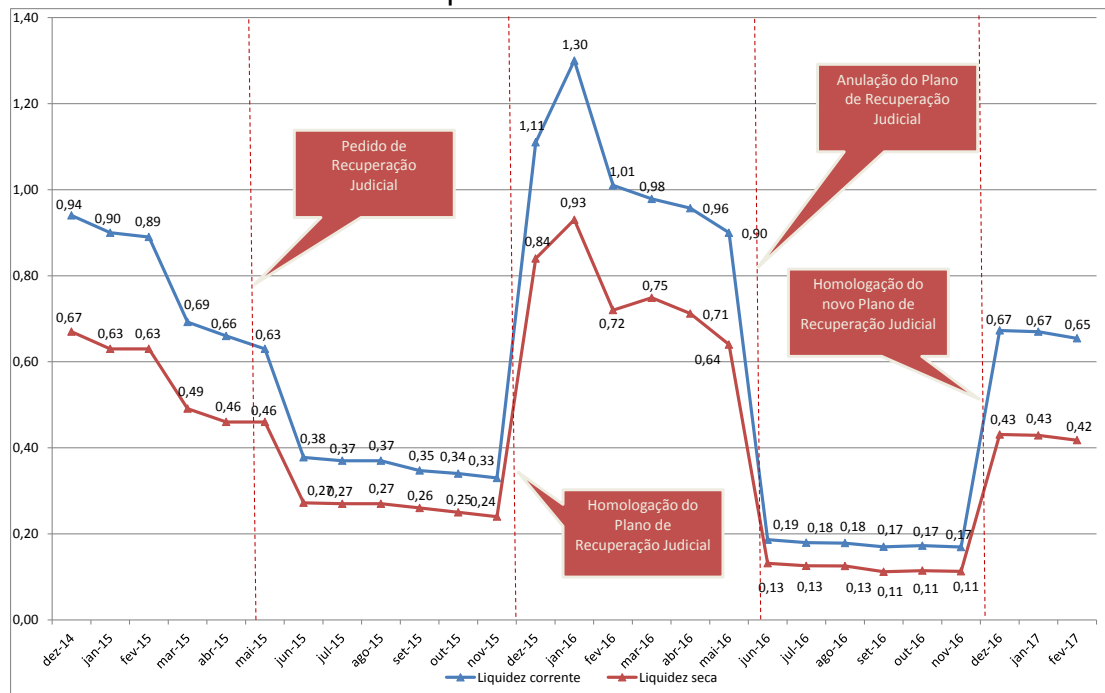
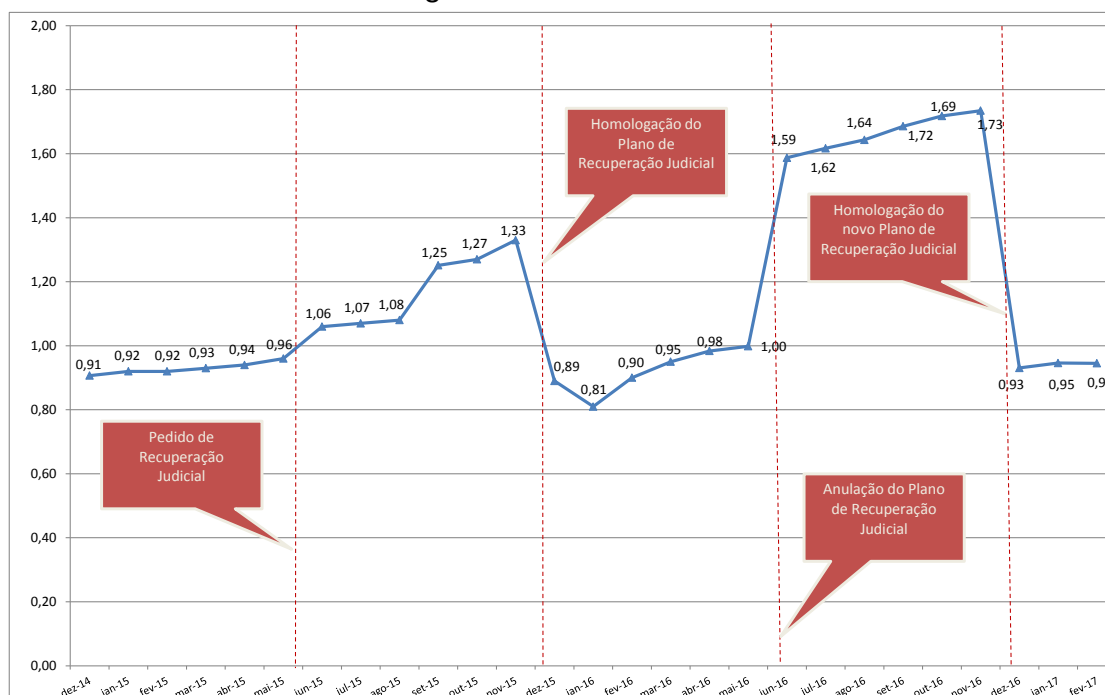


Gráfico 03 – Endividamento geral



A tabela anterior considera tanto indicadores de liquidez como de endividamento. Os gráficos refletem o comportamento dos índices de liquidez corrente e seca e o índice de endividamento geral. Para melhorar a compreensão, foram inseridos quatro rótulos para destacar eventos relevantes: a) um para demarcar o pedido de recuperação judicial (maio de 2015); b) o outro para demarcar a homologação do Plano (dezembro de 2015); c) um terceiro para demarcar a anulação do Plano (junho de 2016); e d) um quarto para destacar a homologação do novo Plano, em dezembro de 2016. Pelos gráficos, fica evidente os efeitos positivos do Plano sobre a posição financeira da Companhia.

7.1.1 Segregação dos ativos e passivos em Recuperandas e Não Recuperandas

O intuito desta subseção é visualizar a posição financeira do Grupo por meio da separação entre Recuperandas e Não Recuperandas. A tabela a seguir traz os indicadores financeiros calculados de maneira segregada:

Tabela 12 – Indicadores de liquidez e endividamento segregados entre Recuperandas e Não Recuperandas

Mês/Ano	Empresas	Liquidez		Endividamento	
		Corrente	Seca	Geral	Composição
Jun/15	Recuperandas	0,28	0,17	1,44	0,65
	Não recuperandas	1,74	1,63	0,22	0,69
	Consolidado	0,38	0,27	1,06	0,65
Jul/15	Recuperandas	0,26	0,17	1,48	0,66
	Não recuperandas	1,89	1,77	0,21	0,68
	Consolidado	0,37	0,27	1,07	0,66
Ago/15	Recuperandas	0,25	0,16	1,53	0,67
	Não recuperandas	1,98	1,87	0,21	0,70
	Consolidado	0,37	0,27	1,08	0,67
Set/15	Recuperandas	0,22	0,14	1,93	0,67
	Não recuperandas	1,94	1,83	0,22	0,68
	Consolidado	0,35	0,27	1,25	0,67
Out/15	Recuperandas	0,22	0,14	1,95	0,67
	Não recuperandas	1,93	1,82	0,21	0,74
	Consolidado	0,34	0,26	1,27	0,67
Nov/15	Recuperandas	0,21	0,13	2,13	0,66
	Não recuperandas	2,09	1,98	0,18	0,83
	Consolidado	0,33	0,24	1,33	0,69
Dez/15	Recuperandas	1,03	0,70	1,28	0,25
	Não recuperandas	1,42	1,29	0,21	0,73
	Consolidado	1,11	0,84	0,89	0,29
Jan/16	Recuperandas	1,30	0,84	1,16	0,20
	Não recuperandas	1,30	1,16	0,23	0,67
	Consolidado	1,30	0,93	0,81	0,25
Fev/16	Recuperandas	0,91	0,59	1,32	0,24
	Não recuperandas	1,35	1,21	0,21	0,66
	Consolidado	1,00	0,72	0,90	0,28
Mar/16	Recuperandas	0,95	0,70	1,33	0,26
	Não recuperandas	1,09	0,94	0,23	0,66
	Consolidado	0,98	0,75	0,95	0,30
Abr/16	Recuperandas	0,95	0,68	1,35	0,26
	Não recuperandas	1,00	0,84	0,24	0,65
	Consolidado	0,96	0,71	0,98	0,29
Mai/16	Recuperandas	0,88	0,61	1,38	0,24
	Não recuperandas	0,93	0,78	0,24	0,65
	Consolidado	0,90	0,64	1,00	0,28
Jun/16	Recuperandas	0,15	0,09	2,25	0,84
	Não recuperandas	1,20	1,07	0,23	0,67
	Consolidado	0,19	0,13	1,59	0,83
Jul/16	Recuperandas	0,14	0,09	2,32	0,84
	Não recuperandas	1,23	1,08	0,21	0,64
	Consolidado	0,18	0,13	1,62	0,83
Ago/16	Recuperandas	0,14	0,09	2,32	0,83
	Não recuperandas	1,29	1,13	0,21	0,61
	Consolidado	0,18	0,13	1,64	0,82
Set/16	Recuperandas	0,13	0,08	2,41	0,83
	Não recuperandas	1,49	1,14	0,21	0,61
	Consolidado	0,17	0,11	1,69	0,82
Out/16	Recuperandas	0,13	0,08	2,43	0,83
	Não recuperandas	1,48	1,14	0,21	0,62
	Consolidado	0,17	0,11	1,72	0,82
Nov/16	Recuperandas	0,13	0,08	2,50	0,84
	Não recuperandas	1,43	1,13	0,22	0,65
	Consolidado	0,17	0,11	1,73	0,83
Dez/16	Recuperandas	0,54	0,31	1,24	0,38
	Não recuperandas	2,09	1,66	0,21	0,52
	Consolidado	0,67	0,43	0,93	0,39
Jan/17	Recuperandas	0,54	0,31	1,25	0,39
	Não recuperandas	1,97	1,60	0,22	0,55
	Consolidado	0,67	0,43	0,95	0,40
Fev/17	Recuperandas	0,52	0,30	1,24	0,39
	Não recuperandas	1,96	1,60	0,22	0,56
	Consolidado	0,65	0,42	0,95	0,40

A representação dos dados é reproduzida nos dois gráficos seguintes. O primeiro traz a comparação entre a liquidez corrente das Recuperandas e Não Recuperandas. O segundo mostra o comportamento do endividamento geral.

Gráfico 04 – Liquidez corrente das Recuperandas e Não Recuperandas

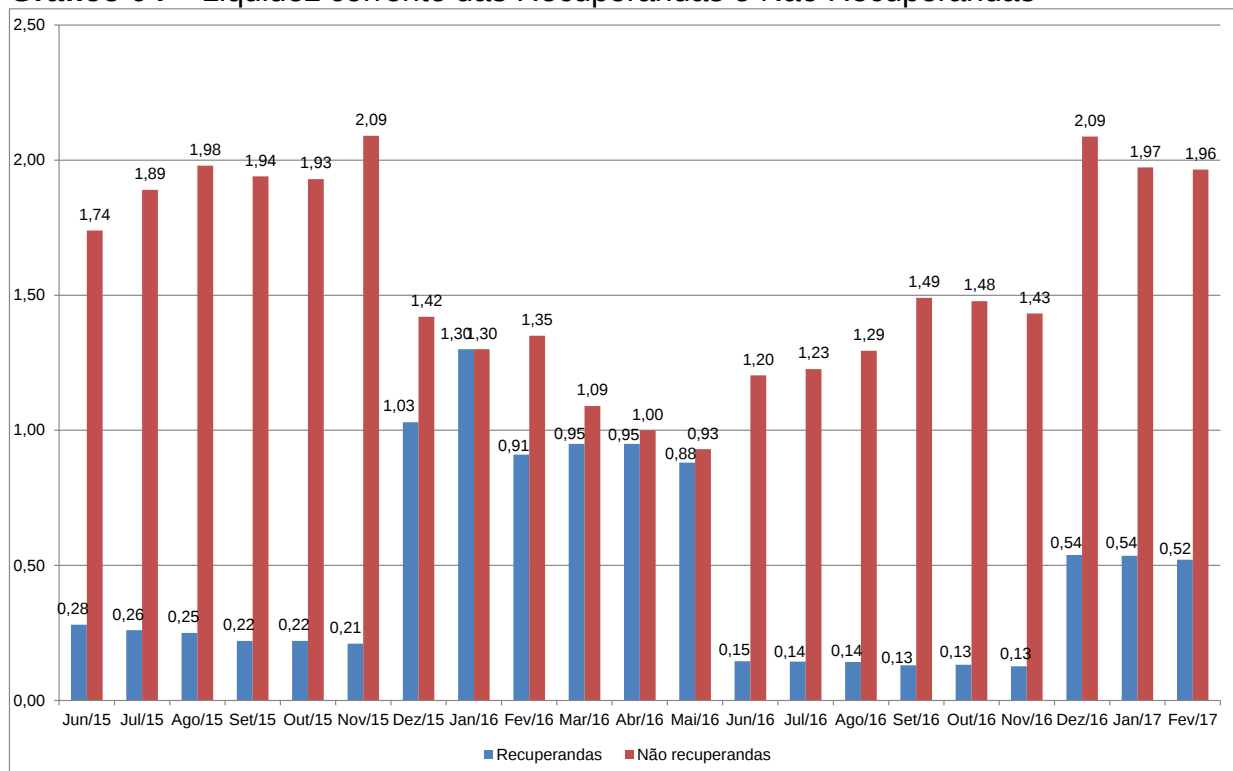
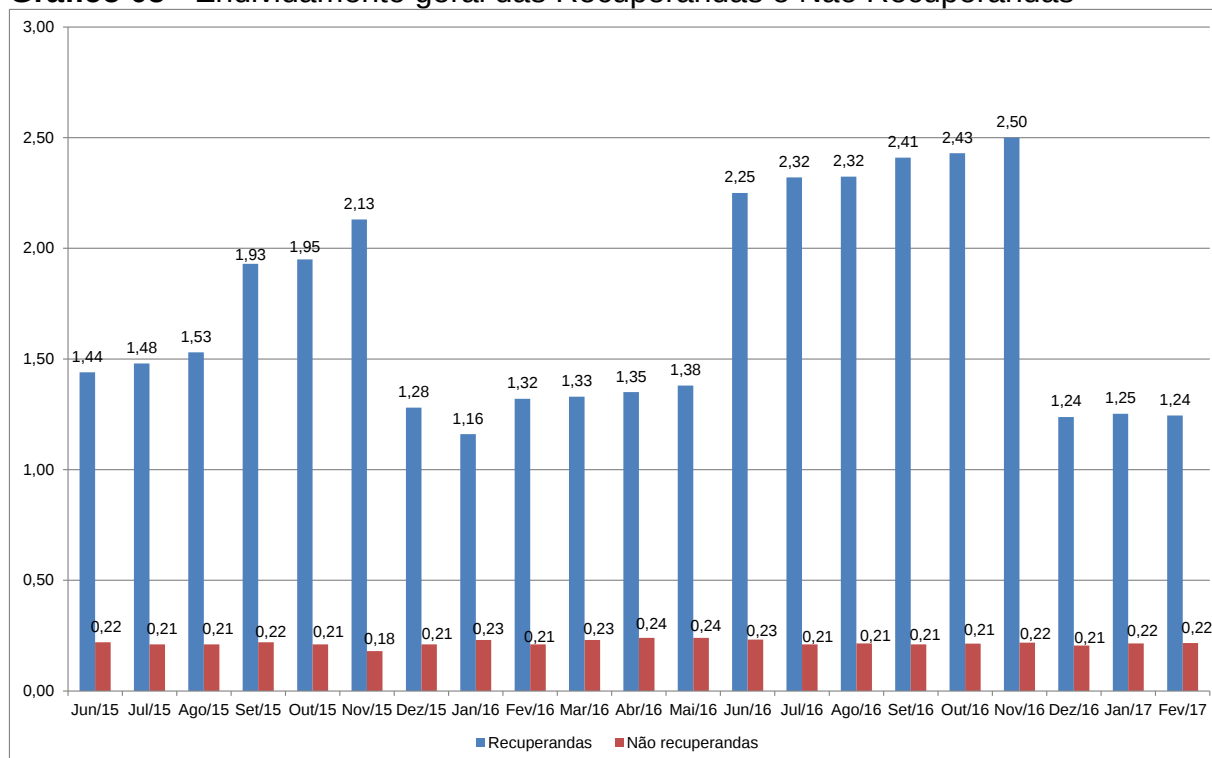


Gráfico 05 - Endividamento geral das Recuperandas e Não Recuperandas



No gráfico que trata da liquidez corrente vê-se que de junho de 2015 a novembro de 2015 a liquidez corrente das sociedades em recuperação judicial era significativamente inferior à das sociedades não incluídas na recuperação. Esse cenário foi alterado após a homologação do Plano, que vigeu de dezembro de 2015 a 27 de junho de 2016. Neste período, houve equilíbrio entre os indicadores das recuperandas e não recuperandas. No final de junho de 2016, porém, a anulação do plano ocasionou, novamente, a discrepância entre os indicadores, que foi mantida até novembro de 2016. Com a homologação do novo Plano, em dezembro de 2016, houve sensível melhora nos indicadores de liquidez corrente. O mesmo comportamento é observado no indicador de endividamento geral.

Em suma, a situação financeira do Grupo melhorou em dezembro de 2016. O transcorrer de 2017 será de suma importância para que a Administração demonstre que pode reequilibrar a operação do Grupo.

7.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A próxima tabela apresenta os resultados de 2015 e 2016:

Tabela 13 – Resultados de 2015 e 2016 (em milhares de R\$)

	2015		2016		Δ %
	Milhares de R\$	%	Milhares de R\$	%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	268.294	100,00	138.486	100,00	-48,38
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(278.529)	-103,81	(169.044)	-122,07	-39,31
LUCRO BRUTO	(10.235)	-3,81	(30.558)	-22,07	198,56
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(269.571)	-100,48	(59.466)	-42,94	-77,94
Com vendas	(8.811)	-3,28	(7.591)	-5,48	-13,85
Gerais e administrativas	(47.694)	-17,78	(38.162)	-27,56	-19,99
Outras receitas, despesas operacionais líquidas	(213.066)	-79,42	(13.713)	-9,90	-93,56
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(279.806)	-104,29	(90.024)	-65,01	-67,83
RESULTADO FINANCEIRO	319.679	119,15	34.830	25,15	-89,10
Receitas financeiras	399.186	148,79	456.422	329,58	14,34
Despesas financeiras	(24.523)	-9,14	(474.133)	-342,37	1833,42
Variação cambial, líquida	(54.984)	-20,49	52.541	37,94	-195,56
RESULTADO ANTES DO IR E DA CSLL	39.873	14,86	(55.194)	-39,86	-238,42
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(93.047)	-34,68	62.564	45,18	-167,24
Correntes	(2.666)	-0,99	(2.236)	-1,61	-16,13
Diferidos	(90.381)	-33,69	64.800	46,79	-171,70
RESULTADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(53.174)	-19,82	7.370	0,00	N.A.
LUCRO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(21.963)	-8,19	-	0,00	-100,00
RESULTADO DO PERÍODO	(75.137)	-28,01	7.370	5,32	-109,81

O resultado do Grupo em 2016 foi de R\$ 7,379 milhões. Em 2015, havia apresentado um prejuízo de R\$ 75,137 milhões. Contudo, o resultado bruto de 2016 foi inferior ao de 2015 (prejuízo bruto de R\$ 30,558 milhões e R\$ 10,235 milhões, respectivamente). Apresentar prejuízo bruto não coopera com o reequilíbrio com a situação financeira da Companhia, pois após tal linha ainda há que se descontarem as despesas incorridas para manter a operação. Logo, dificilmente o prejuízo bruto é revertido. E se isso ocorrer será por resultados que não derivam do motivo principal da existência da empresa. Também é necessário mencionar que o resultado final foi positivamente afetado pelos ajustes a valor presente e valor justo citados anteriormente.

O relatório dos auditores independentes relata incerteza da continuidade operacional do Grupo. A geração de lucro, principalmente por meio das próprias operações da entidade, é a resposta necessária para a recomposição de ativos e redução do risco quanto à continuidade das operações. A geração de lucro dependerá, significativamente, do comportamento das margens obtidas pelos

segmentos operacionais de produtos e serviços. A fim de aumentar a compreensão do comportamento das margens obtidas pelo Grupo Lupatech, tem-se, abaixo, decomposição da receita operacional líquida conforme os segmentos de negócios.

Tabela 14 – Resultado por segmento: produtos e serviços (em milhares de R\$)

	Produtos			Serviços		
	2015	2016	Δ %	2015	2016	Δ %
Receita líquida de vendas	29.919	27.855	-6,9%	238.375	110.631	-53,6%
Custo dos produtos vendidos	-30.366	-28.017	-7,7%	-248.163	-141.027	-43,2%
Lucro bruto	-447	-162	-63,8%	-9.788	-30.396	210,5%
Margem bruta	-1,49%	-0,58%	N.A.	-4,11%	-27,48%	N.A.
Despesas de vendas	-4.619	-7.952	72,2%	-859	-2.972	246,0%
Despesas administrativas	-12.444	-12.651	1,7%	-35.250	-25.511	-27,6%
Outras receitas e despesas operacionais	-90.091	-11.147	-87,6%	-138.574	13.697	-109,9%
Lucro (prejuízo) do segmento	-107.601	-31.912	-70,3%	-184.471	-45.182	-75,5%
Margem do segmento	-359,6%	-114,6%	N.A.	-77,4%	-40,8%	N.A.

Tanto no segmento de produtos como no de serviços houve queda de receita quando 2015 e 2016 são comparados, 6,9% e 53,60%, respectivamente. Os custos dos produtos vendidos também foram reduzidos de um período para o outro. No segmento de produtos a redução foi de 7,7% e no segmento de serviços a redução foi de 43,20%. Os dois segmentos apresentaram margens brutas negativas e prejuízos. Porém, em comparação com 2015, os prejuízos foram reduzidos. No segmento de produtos, o prejuízo foi reduzido de R\$ 107,601 milhões para R\$ 31,912 milhões. Em relação ao segmento de serviços, o prejuízo foi reduzido de R\$ 184,471 milhões para R\$ 45,182 milhões. Conquanto tenha ocorrido melhora relativa, os dados apresentados permitem afirmar que os dois segmentos operacionais do Grupo não vêm contribuindo para a geração de lucro. Ainda mais detalhadamente, a tabela a seguir mostra a composição da receita de ambos os segmentos:

Tabela 15 – Receita líquida por segmento operacional (em milhares de R\$)

	Acumulado		
	2015	2016	Δ %
Produtos	29.919	27.855	-6,9%
Válvulas Oil & Gas	8.477	5.748	-32,2%
Válvulas Industriais	14.911	22.107	48,3%
Cabos de ancoragem	5.406	0	-100,0%
Outros produtos	1.125	0	-100,0%
Serviços	238.375	110.631	-53,6%
Oilfield Services Brasil	127.223	70.389	-44,7%
Oilfield Services Colômbia	87.086	34.726	-60,1%
Tubular Services & Coating	24.066	5.516	-77,1%
Total	268.294	138.486	-48,4%

Com exceção do produto “Válvulas industriais”, houve redução de receita nos demais produtos e serviços. Em alguns casos, a redução chegou a 100%. Globalmente, a receita operacional líquida foi reduzida em 48%.

As informações contábeis provenientes da DRE mostram que, apesar da redução do prejuízo antes das receitas e despesas financeiras, os segmentos de produtos e serviços não estão gerando resultados positivos.

O resultado líquido do período é uma das principais métricas para a avaliação de desempenho das entidades de maneira geral, principalmente por reconhecer as receitas e despesas pelo regime de competência. Não obstante, o Grupo também utiliza o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) para esse fim. Como enfatizado no Relatório de Administração (RA) que acompanha as demonstrações contábeis referentes a 2016, especificamente o “EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas”. A métrica utilizada consta da próxima tabela:

Tabela 16 – EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas (em milhares de R\$)

	Acumulado		
	2015	2016	Δ %
EBITDA Ajustado das Operações Continuadas	-20.428	-7.173	-64,89%
Provisão para remuneração variável	-4.615	394	-108,54%
Processos de reestruturações	-28.034	-16.262	-41,99%
Provisões para Perdas, Impairment e Res. LÍq. na Alienação de Ativos	-199.208	-6.204	-96,89%
Multa com clientes	1.573	-1.624	-203,24%
EBITDA das operações continuadas	-250.712	-30.869	-87,7%
Depreciação e amortização	-51.040	-48.468	-5,04%
Equivalência patrimonial	21.946	-10.687	-148,70%
Resultado financeiro líquido	319.679	34.830	-89,10%
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	-93.047	62.564	-167,24%
Resultado de operações descontinuadas	-21.963	0	-100,00%
Resultado do período	-75.137	7.370	-109,8%

A Gestão do Grupo assim explica a métrica: “*Ebitda das Atividades Continuadas é calculado como o lucro (prejuízo) líquido das atividades continuadas, antes do imposto de renda e da contribuição social, das receitas (despesas) financeiras, do resultado de equivalência patrimonial em coligadas e da depreciação e amortização. O Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas reflete o Ebitda das Atividades Continuadas, ajustado para excluir as despesas com participação dos empregados e administradores nos lucros e resultados, provisões para perdas em estoques, resultado líquido na alienação de ativos, provisões de contingências, provisão de multas com clientes e despesas relacionadas ao processo de reestruturação e outras despesas extraordinárias da Companhia. O Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas não tem um significado padronizado e a definição de Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas da Companhia pode não ser comparável ao Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas conforme definido por outras Companhias. Ainda que o Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar seu desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e*

analistas financeiros utilizam o Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.”

Como já mencionamos em RMAs anteriores, optamos por apresentar a explicação acerca do “Ebitda Ajustado” com base nas análises da própria Companhia, pois entendemos que é uma métrica erigida do conhecimento do negócio e experiência acumulada dos executivos e técnicos do Grupo.

7.2.1 Segregação entre Recuperandas e Não Recuperandas

Quando o resultado de 2016 é segregado pela parcela de contribuição das Recuperandas e Não Recuperandas para a formação do resultado do período, vê-se que as controladas que não estão contempladas na recuperação judicial apresentaram prejuízo de R\$ 49,299 milhões. As Recuperandas, por sua vez, apresentam lucro de R\$ 56,669 milhões, de acordo com a tabela abaixo. Todavia, os dois grupos de empresas apresentaram prejuízos brutos, prejuízos antes do resultado financeiro e prejuízos antes dos tributos sobre o lucro. Gradativamente, espera-se que o desempenho das Recuperandas apresente sinais de recuperação, pelos motivos elencados na seção anterior.

Tabela 17 - Resultado do período segregado em Recuperandas e Não Recuperandas: 2016

	Recuperandas		Não Recuperandas		Consolidado	
	Milhares de R\$	%	Milhares de R\$	%	Milhares de R\$	%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	100.175	100,00	38.311	100,00	138.486	100,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(112.745)	-112,55	(56.299)	-146,95	(169.044)	-441,24
LUCRO BRUTO	(12.570)	-12,55	(17.988)	-46,95	(30.558)	-22,07
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(29.279)	-29,23	(30.187)	-78,79	(59.466)	-155,22
Com vendas	(7.065)	-7,05	(525)	-1,37	(7.591)	-19,81
Gerais e administrativas	(34.659)	-34,60	(3.503)	-9,14	(38.162)	-99,61
Remuneração dos administradores	(5.576)	-5,57	-	0,00	(5.576)	-14,56
Outras receitas, despesas operacionais líquidas	18.021	17,99	(26.159)	-68,28	(8.137)	-21,24
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(41.849)	-41,78	(48.175)	-125,75	(90.024)	-177,29
RESULTADO FINANCEIRO	39.112	39,04	(4.283)	-11,18	34.830	90,91
Receitas financeiras	456.224	455,43	198	0,52	456.422	1191,36
Despesas financeiras	(469.455)	-468,63	(4.678)	-12,21	(474.133)	-1237,59
Variação cambial, líquida	52.343	52,25	198	0,52	52.541	137,14
PREJUÍZO ANTES DO IR E DA CSLL	(2.737)	-2,73	(52.458)	-136,93	(55.195)	-144,07
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	59.406	59,30	3.159	8,25	62.565	45,18
Correntes	(218)	-0,22	(2.018)	-5,27	(2.236)	-5,84
Diferidos	59.624	59,52	5.177	13,51	64.801	169,14
PREJUÍZO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	56.669	56,57	(49.299)	0,00	7.370	0,00
LUCRO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	0,00	-	0,00	-	0,00
PREJUÍZO DO PERÍODO	56.669	56,57	(49.299)	-128,68	7.370	-98,89

7.3 Fluxo de caixa: demonstração contábil e instrumento de controle

Em 2016, o Grupo consumiu R\$ 29,779 milhões de caixa e equivalentes. Em igual período de 2015, gerara R\$ 27,431, conforme a tabela seguinte:

Tabela 18 – Demonstrações dos fluxos de caixa (em milhares de R\$)

	2015	2016	Δ %
Caixa líquidas das atividades operacionais	41.535	-52.892	-227%
Lucro ajustado	-96.362	-26.012	-73%
Variações nos ativos e passivos operacionais	137.897	-26.880	-119%
Caixa líquido das atividades de investimento	10.437	29.919	187%
Aquisição de imobilizado	-4.324	-3.063	-29%
Aquisição de intangível	-2.253	-171	-92%
Títulos e valores mobiliários - conta restrita	1.428	4.504	215%
Alienação de operações descontinuadas	11.922	0	-100%
Alienação de investimentos	0	28.599	N.A.
Alienação de imobilizado	3.664	50	-99%
Caixa líquido das atividades de financiamento	-24.541	-6.806	-72%
Captação de empréstimos e financiamentos	174.471	79.095	-55%
Pagamento de financiamentos	-191.609	-83.066	-57%
Pagamento de juros	-7.422	-2.833	-62%
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	19	-2	-111%
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27.431	-29.779	-209%
No início do período	3.581	31.012	766%
No final do período	31.012	1.233	-96%

Em relação ao fluxo de caixa das atividades operacionais, no exercício findo em 2016 houve consumo de R\$ 52,892 milhões. No mesmo período de 2015, houve geração de caixa de R\$ 41,535. Sinteticamente, a operação do Grupo Lupatech não gerou caixa suficiente para cobrir os desembolsos atinentes as suas operações durante 2016.

Tanto em 2016 como em 2015, o fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento foi positivo, principalmente devido à estratégia da Gestão de vender imobilizados e/ou operações com o intento de gerar caixa para saldar compromissos e fazer investimentos necessários à consecução de contratos firmados, em linha com o Plano. Em 2016, a geração de caixa pelas atividades de

investimento foi, principalmente, resultado da venda da participação societária na Vicinay, operação mencionada em RMAs passados.

Por fim, em 2016 houve consumo de caixa pelas atividades de financiamento (R\$ 6,806 milhões), mesmo comportamento do fluxo dessa atividade em 2015. Isso significa que durante os dois exercícios o Grupo saldou mais empréstimos e financiamento do que captou.

Os dados analisados foram extraídos da demonstração dos fluxos de caixa, exigida pelas normas contábeis e legislação societária, e divulgada trimestralmente pelo Grupo Lupatech para atender as exigências de divulgações financeiras da CVM e art. 176 da Lei 6.404/76.

De maneira a complementá-la e termos um instrumento e acompanhamento do caixa, solicitamos relatório mensal das movimentações de caixa do Grupo. No RMA anterior, apresentamos essa posição de caixa até fevereiro de 2017. No corrente RMA tivemos acesso aos dados de março de 2017.

Tabela 19 - Movimentação de caixa e equivalentes (em R\$) referente ao mês de março de 2017

Item	mar-17		
	Recuperandas	Não recuperandas	Consolidado
1. Saldo mensal inicial (em R\$)	864.233	359.280	1.223.513
Saldos em contas correntes	358.925	359.280	718.205
Saldos em aplicações financeiras de liquidez imediata	505.309	-	505.309
2. Entrada (em R\$)	13.767.005	10.111.819	23.878.823
Rendimentos de aplicações financeiras	522	-	522
Recebimentos de clientes:	7.738.286	5.177.362	12.915.649
decorrentes de vendas à vista	7.738.286	5.177.362	12.915.649
Empréstimos:	6.028.196	4.934.456	10.962.652
instituições financeiras	6.028.196	4.934.456	10.962.652
3. Saídas (em R\$) (3.1 + 3.2 + 3.3+3.4)	14.414.952	9.239.382	23.654.334
3.1 Operacionais	9.669.153	4.222.255	13.891.408
Pagamentos de salários e benefícios	3.417.400	1.341.428	4.758.828
Pagamentos de encargos sociais	862.774	-	862.774
Pagamentos de tributos (impostos, contribuições e taxas)	174.424	347.481	521.906
Pagamentos de fornecedores (serviços e estoques + consumo)	5.163.195	2.371.789	7.534.984
Pagamentos de juros:	-	161.556	161.556
empréstimos	-	161.556	161.556
Pagamentos de taxas bancárias e demais encargos vinculados à captação de recursos	51.360	-	51.360
3.2 Investimento	-	-	-
3.3 Financiamento	4.745.799	5.017.127	9.762.926
Amortizações de empréstimos	4.745.799	5.017.127	9.762.926
3.4 Plano de Recuperação Judicial	-	-	-
4. Saldo mensal final (1+2-3)	216.286	1.231.717	1.448.003
Saldo em espécie na empresa	-	-	-
Saldos em contas correntes	106.865	1.231.717	1.338.582
Saldos em aplicações financeiras de liquidez imediata	109.421	-	109.421

O saldo inicial de caixa e equivalentes em fevereiro era de R\$ 1.233.513. No final de março/2017 o saldo era de R\$ 1.448.003. Portanto, o saldo de caixa aumentou R\$ 224.490 (18,30% de aumento em relação ao mês anterior). Abaixo, são comentadas algumas entradas e saídas.

Em março/2017, houve entrada de R\$ 23.878.823. Desse valor, R\$ 14.414.952 ingressaram nas Recuperandas (60,40% do total). O restante, R\$ 9.239.382, ingressou nas contas bancárias das Não Recuperandas (39,60% do total).

Das entradas, R\$ 12.915.649 decorreram do recebimento de valores de clientes (54,09% do total de entradas) e R\$ 10.962.652 (45,91% do total de entradas) provieram de empréstimos bancários. Quando as entradas são decompostas em Recuperandas e Não Recuperandas vê-se que no caso da Recuperandas a principal fonte de entrada de recursos é o recebimento de valores de clientes (56,21 % das entradas), assim como no caso das Não Recuperandas, 51,20% das entradas.

As saídas totalizaram R\$ 23.654.334. Desse valor, R\$ 14.414.952 foram recursos consumidos das contas das Recuperandas (60,94% do total de saídas). O restante, R\$ 9.239.382, saíram das contas das Não Recuperandas (39,06% do total).

Em relação às saídas, R\$ 4.758.828 foram destinados para o pagamento de salários e benefícios (20,11% do total de saídas). Nas Recuperandas, tal saída representou 23,71% do total. Enquanto que nas Não Recuperandas o pagamento de salários representou 14,50% das saídas.

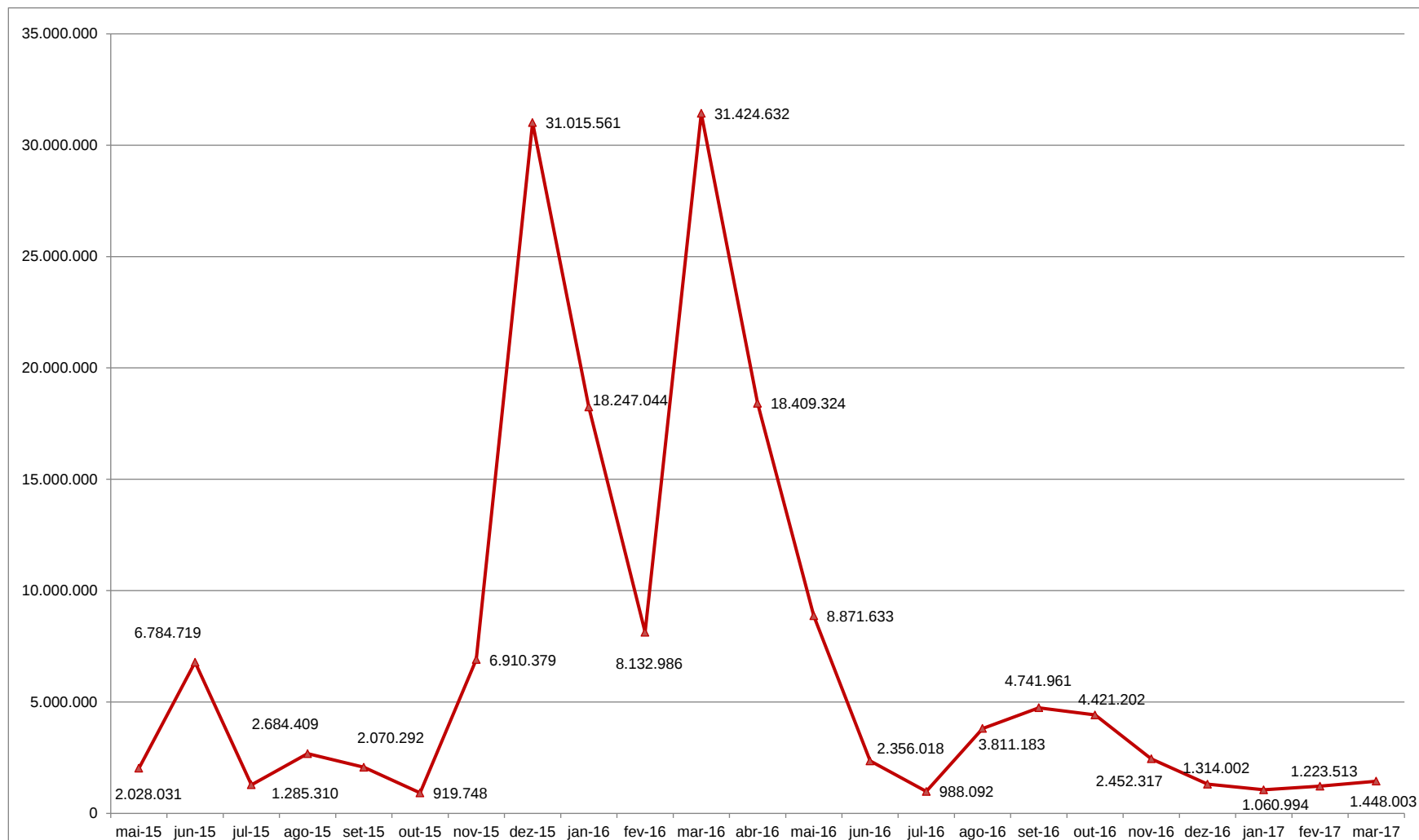
Os pagamentos a fornecedores consumiram R\$ 7.534.984 (31,85% do total de saídas). Nas Recuperandas, tal saída representou consumo de 35,81% de recursos. Enquanto que nas Não Recuperandas o percentual foi de 25,70%.

Por fim, do caixa consumido em março/2017, R\$ 9.762.926 foram para amortização de financiamentos (41,27% do total). As Recuperandas dispenderam 32,92% do total de consumo de recursos na amortização de financiamentos. Por seu turno, as Não Recuperandas utilizaram 54,30% do consumo de recursos na amortização de financiamentos.

O comportamento de entradas e saídas foi similar ao ocorrido em meses anteriores. Os recursos financeiros têm sido aplicados, com base na prestação de contas acerca da movimentação de caixa, na retomada/manutenção das operações do Grupo. Aparentemente, não houve qualquer movimentação relevante ao largo do transcorrer normal dos negócios.

O gráfico a seguir mostra o comportamento dos saldos finais de caixa de maio de 2015 a março de 2017:

Gráfico 06 – Comportamento do saldo final de caixa (em R\$)



É mister destacar que a Gestão do Grupo necessita acumular recursos para manter a operação cotidiana das fábricas e para fazer frente ao novo Plano, homologado em dezembro de 2016. Espera-se que de abril de 2017 em diante seja possível observar aumento gradativo no saldo de caixa e equivalente.

7.4 Demonstração do Valor Adicionado

O resultado proveniente da demonstração do resultado do exercício mostra, para as entidades de maneira geral, a geração ou destruição de valor da empresa, do ponto de vista contábil, para seus acionistas. A última linha da demonstração do resultado do exercício é o valor residual após a remuneração de diversos outros agentes que interagiram com o Grupo no sentido de viabilizar suas operações.

Nesse contexto, a utilidade da DVA consiste em elucidar o benefício gerado pelas operações das entidades a outros agentes além dos acionistas. Especificamente, empregados, credores/terceiros e governo. A seguir são apresentadas as DVAs comparativas e acumulados de 2015 e 2016:

Tabela 20 – Demonstração do Valor Adicionado (em milhares de R\$)

	2015	2016	Δ %
Receitas	341.984	223.371	-35%
Insumos adquiridos de terceiros	-398.996	-132.480	-67%
Valor Adicionado Bruto	-57.012	90.891	-259%
Retenções	-51.066	-48.468	-5%
Valor Adicionado Líquido Produzido	-108.078	42.423	-139%
Valor Adicionado Recebido em Transferência:	1.066.301	972.884	-9%
Resultado de equivalência patrimonial	21.946	-10.687	-149%
Receita financeira	1.044.355	983.571	-6%
Valor Adicionado Total a Distribuir	958.223	1.015.307	6%
Distribuição do Valor Adicionado	958.223	1.015.307	6%
Pessoal	160.283	92.318	-42%
Remuneração direta	117.297	63.360	-46%
Benefícios	26.753	15.223	-43%
F.G.T.S.	16.233	13.735	-15%
Impostos, Taxas e Contribuições	143.501	-36.572	-125%
Federais	129.083	-42.647	-133%
Estaduais	11.186	4.161	-63%
Municipais	3.232	1.914	-41%
Remuneração de Capitais de Terceiros	729.576	952.192	31%
Juros	724.790	948.741	31%
Aluguéis	4.786	3.451	-28%
Remuneração de Capitais Próprios	-75.137	7.369	-110%
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-75.137	7.369	-110%

De 2015 para 2016, o valor adicionado total a distribuir passou de R\$ 958,223 milhões R\$ 1015,307 milhões, aumento de 6%, aproximadamente.

O valor adicionado é resultado da soma do valor adicionado líquido produzido pela entidade com o valor adicionado recebido em transferência. Quando a análise do valor adicionado é decomposta dessa forma vê-se que a produção de valor, do ponto de vista contábil, da entidade foi positiva em 2016. Precisamente, a operação da entidade gerou valor de R\$ 42,423 milhões (consumo R\$ 108,078 milhões, em 2015). O restante, R\$ 972,824 milhões, foi gerado pelas receitas financeiras (infladas pelos ajustes a valores presente e justo).

Quanto à distribuição de valor, para o pessoal foi distribuído R\$ 92,318 milhões (42% menos que igual período de 2015). No entanto, isso é totalmente plausível em razão da queda de número de empregados. Impostos, taxas e contribuições apresentaram sinal contrário ao habitual em razão dos tributos sobre os resultados que foram diferidos e constituíram-se em redução do prejuízo. A maior distribuição ficou por conta dos juros, inflado pela reversão dos ajustes a valor presente e contabilização de encargos de dívidas, uma vez que o plano que novou tais dúvidas fora revogado em junho de 2016. Mesmo com a homologação do novo Plano em dezembro de 2016 (retificado em fevereiro de 2017 para incluir uma recuperanda que ficara de fora do despacho original), os efeitos da reversão do Plano anterior afetaram o resultado do exercício.

7.5 Perspectivas de resultados futuros

A Gestão nos envia apresentações internas que resumem os esforços empreendidos da área comercial para retomar/recrudescer o nível de atividades das unidades de produtos. Em respeito ao sigilo negocial e estratégias do Grupo, como de costume, não apresentaremos detalhes desses esforços, tampouco detalhes sobre para quais potenciais clientes houve envio de propostas.

Em relação às perspectivas futuras de geração de resultado e caixa, a última informação comercial que recebemos das Recuperandas tem como referência o 28 de março de 2017. A situação da carteira de pedidos das unidades ligadas à área de produtos era a seguinte:

Tabela 21 - Carteira de pedidos x faturamento, informada pela Gestão do Grupo Lupatech (em R\$):

	Descrição	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17
Valmicro - Veranópolis	Carteira	866.442	1.440.850	898.586	988.177	1.188.926	539.439	466.669
	Faturamento	1.121.764	1.490.128	1.821.584	1.558.741	1.465.039	1.663.129	1.188.193
Mipel - Veranópolis	Carteira	139.987	379.649	64.692	78.363	78.538	188.892	231.858
	Faturamento	855.260	803.201	920.332	610.213	758.634	633.272	667.183
MNA/Tecval - Nova Odessa	Carteira	1.005.912	2.692.902	2.321.851	4.752.029	4.341.314	4.902.859	3.012.064
	Faturamento	782.452	550.000	887.231	1.254.017	852.343	833.433	2.775.149
Lupatech CSL - São Leopoldo	Carteira	0	0	0	0	0	0	0
	Faturamento	0	0	0	0	0	0	0

Nos últimos sete meses (setembro de 2016 a março de 2017), o saldo médio do faturamento da Valmicro Veranópolis foi R\$ 1.472.654 e o saldo médio da carteira foi de R\$ 912.727. Acerca desse último saldo, o último dado a respeito da carteira de pedido apresentou declínio, pois é de R\$ 466.669.

Em relação à Mipel, o valor médio da carteira de pedido nos últimos sete meses foi R\$ 165.997. O último dado disponível de março mostra que o valor da carteira de pedidos foi de R\$ 231.858, comportamento superior à média do período analisado.

No caso da MNA Nova Odessa o valor médio da carteira de pedidos nos últimos sete meses foi de R\$ 3.289.847. O último dado de março de 2017 foi de R\$ 3.012.064. Esse comportamento está em linha com as nossas observações na visita reportada no penúltimo RMA e no comportamento do quadro de funcionários.

A Lupatech CSL continua sem carteira de pedidos, portanto, está com as atividades interrompidas, mas, que, conforme noticiamos no último RMA, espera-se que essa unidade retome a produção de cabos para revenda, de forma que as operações sejam minimamente retomadas e ocorra novamente a certificação dessa unidade.

Quanto às unidades ligadas à área de serviços, nos primeiros doze RMAs evidenciamos o comportamento da carteira de serviços. Contudo, nos três últimos RMAs não trazemos mais os dados segregados, haja vista que com o término das atividades de D&W e o encerramento de contratos relevantes de WS, a evidenciação dessas informações perdeu relevância, pois serão menos úteis na avaliação do desempenho do Grupo e nas expectativas de geração de caixa.

Todavia, de acordo com apresentação interna da gestão, estão sendo empreendidos esforços para prospecção de receitas decorrentes da prestação de serviços. Caso tais esforços logrem êxito, reportaremos no devido RMA.

8. Plano de Recuperação Judicial

No corrente período e no anterior, não ocorreram novas notícias quanto ao Plano que foi homologado em 01/12/2016 (a publicação da decisão do MM. Juiz de Direito Dr. Daniel Carnio Costa ocorreu em 19/12/2016, conforme fls. 20358/20361). Como a decisão que homologou o Plano não foi agravada, a mesma transitou em julgado, de forma que nossa função consiste em fiscalizar a implementação do Plano aprovado, homologado e transitado em julgado, resumida nos objetivos gerais especificados no item 8.1, fl. 19925. Acompanharemos a execução do Plano e a reportaremos em nossos próximos RMAs.

9. Conclusões e considerações finais

9.1 Conclusões

Este RMA abarcou **dados contábeis do fechamento de 31/12/2016, após a revisão das demonstrações pela firma de auditoria independente, e dados parciais dos fechamentos de 31/01/2017 e 28/02/2017.** Em relação às informações qualitativas e demais informações acerca das atividades do Grupo, **o corrente RMA abrangeu o período de 28/03/2017 a 27/04/2017.** Síntese dos temas abordados segue abaixo:

- a)** no período deste RMA ocorreu uma única reunião do conselho de administração, que deliberou sobre três temas. O primeiro tratou da alteração na composição da diretoria estatutária. O segundo tratou da contratação de nova firma de auditoria para o exercício de 2017 e o terceiro versou sobre a instauração de procedimento

arbitral contra a GP INVESTMENTS e seus veículos, objetivando indenização e ressarcimento por todas perdas e despesas incorridas pela Companhia, em decorrência de contingências oriundas da operação de aquisição das sociedades brasileiras do Grupo San Antonio;

b) no período abrangido por este RMA houve o arquivamento de dois fatos relevantes. O primeiro, datado de 18/04/2017, informou que na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 12 de abril de 2017 (“AGE”), foi aprovado o Plano de Outorga de Opção de Ações (“Plano”) da Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial conforme proposta apresentada pela administração da Companhia e previamente divulgada. O segundo, datado de 27/04/2017, informou a respeito da troca da diretoria estatutária;

c) no que tange às atividades de fiscalização, esta Administração Judicial empregou três estratégias inter-relacionadas para fiscalizar as atividades das Recuperandas: i) visitamos 4 plantas do Grupo situadas nos estados da Bahia e Sergipe, nos dias 24 e 25/04, ii) solicitamos documentos para conferência do pagamento de rescisões e de gastos com a gestão do Grupo Lupatech; e iii) nos reunimos com a Gestão para coletar dados acerca da estratégia de implementação do Plano e demais verificações pertinentes;

d) as providências tomadas em relação à troca de gestão proporcionará economia de cerca de 50% no nível de gastos atuais com essa finalidade, segundo informou a gestão do Grupo Lupatech;

e) o comportamento no quadro de colaboradores do Grupo até 31/03/2017 foi analisado nos RMAs anteriores. Nos últimos oito meses de dados (agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro

de 2016 e janeiro, fevereiro e março de 2017), o número de empregados manteve-se estável: variou de 516 (agosto/2016) para 468 (março/2017), redução de 9% (aproximadamente) em 8 meses. As principais quedas aconteceram nos sete primeiros meses de 2016. A causa principal, como já amplamente abordado em outros RMAs, foi a não renovação de contratos de prestação de serviços pela Petrobrás;

f) em 29/03/2017 o Grupo arquivou as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O parecer da auditoria independente não apresentou qualquer modificação, apenas ênfase a respeito do risco de descontinuidade;

g) quanto aos números contábeis constantes das demonstrações, o ativo total terminou com saldo de R\$ 642,290 milhões (R\$ 814,031 milhões, em 2015). Os passivos circulante e não circulante somados apresentaram saldo de R\$ 597,679 milhões (R\$ 720,718 milhões, em 2015). Assim, o Grupo apresentou patrimônio líquido de R\$ 44,611 milhões (R\$ 93,313 milhões, em 2015). O resultado de 2016 foi positivo em R\$ 7,370 milhões (em 2015 houve prejuízo de R\$ 75,137 milhões);

h) em relação aos fluxos de caixa, em 2016 houve consumo líquido de caixa de R\$ 29,779 milhões (em 2015 houve geração de R\$ 27,431 milhões). A decomposição do consumo de caixa é como segue: a) fluxo de caixa das atividades operacionais – consumo de R\$ 52,892 milhões (geração de R\$ 41,535 milhões, em 2015); b) fluxo de caixa das atividades de investimento – geração de R\$ 29,919 milhões (geração de R\$ 10,437 milhões); e c) fluxo de caixa das atividades de financiamento – consumo de R\$ 6,804 milhões (consumo de R\$ 24,560 milhões, em 2015);

- i)** quanto ao valor adicionado, foi gerado e distribuído R\$ 1015,307 milhões (em 2015 foi de R\$ 958,223 milhões);
- j)** as principais distribuições de valores ficaram com juros, R\$ 949 milhões e para remuneração de pessoal, R\$ 92 milhões;
- k)** um aspecto importante dos dados contábeis encerrados em 2016 diz respeito aos ajustes provenientes da homologação do novo Plano. Em conjunto, os ajustes a valores presentes afetaram positivamente o resultado do período em R\$ 157,063 milhões. Além desses ajustes também aconteceram ajustes aos valores justos dos passivos sujeitos à recuperação judicial, no valor de R\$ 292,152 milhões. Portanto, a homologação do Plano acrescentou R\$ 449,215 milhões ao resultado do Grupo. Além disso, o perfil da dívida foi alterado do curto para o longo prazo;
- l)** também merece destaque a reapresentação dos indicadores financeiros calculados com base nos dados de 31/01/2017 e 28/02/2017, pois os dados que apresentamos anteriormente sofreram alteração em razão dos ajustes mencionados no item “i”;
- m)** por fim, não houve novas notícias que demandassem reportes com relação à execução do Plano de Recuperação Judicial.

9.2 Considerações finais

Esta administração judicial, finalmente, informa que continua a acompanhar os movimentos da gestão do Grupo Lupatech no sentido de ampliar suas carteiras de pedidos, notadamente os de produtos, de forma a retomar por completo as atividades nesse segmento, espinha dorsal que sustentará os objetivos do Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores e homologado pelo MM. Juízo em 19/12/2016, transitada em julgado, sem agravos. Adicionalmente, esta administração judicial informa que tem empreendido esforços no estabelecimento de uma agenda de visitas às unidades fabris e de serviços no primeiro semestre de 2017, de forma a constatar, *in loco*, as atividades lá desenvolvidas, tendo sido cumprida a agenda de visitas nas unidades fabris localizadas no Rio Grande do Sul e nas de serviços, em descontinuidade, localizadas nos estados da Bahia e de Sergipe, exceto pela de Pojuca-BA que permanece com potencial de continuidade. Neste RMA foram reportadas visitas em unidades de dois estados: Bahia e Sergipe, como detalhadamente explicado na seção 5, além de todas as demais considerações que integram o presente relatório.

São Paulo, 28 de abril de 2017.

ALTA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.

AFONSO RODEGUER NETO

OAB/SP nº 60.583

ELIZA FAZAN

CRC 1SP194878/O-4